

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

ALINE DOS SANTOS DUARTE  
WINDYANARA KELLY DE SOUZA FELÍCIO

**UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ASSOCIAÇÃO  
CAPIXABA CONTRA O CÂNCER INFANTIL (ACACCI)**

VITÓRIA  
2012

ALINE DOS SANTOS DUARTE  
WINDYANARA KELLY DE SOUZA FELÍCIO

**UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ASSOCIAÇÃO  
CAPIXABA CONTRA O CÂNCER INFANTIL (ACACCI)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.  
Orientador: Prof<sup>a</sup> Aline Fardin Pandolfi.

VITÓRIA  
2012

ALINE DOS SANTOS DUARTE  
WINDYANARA KELLY DE SOUZA FELÍCIO

**UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ASSOCIAÇÃO  
CAPIXABA CONTRA O CÂNCER INFANTIL (ACACCI)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2012.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professora Aline Fardin Pandolfi  
Orientador  
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

---

Professor Dr. Renato Almeida de Andrade  
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

---

Professora Virgínia Pertence Couto  
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

## DEDICATÓRIA

Dedicamos esta pesquisa a DEUS, as nossas famílias, aos nossos mestres, aos que participaram da nossa pesquisa, aos amigos pessoais, colegas de curso e a todos que oraram por nós.

Dedicamos ainda aos que nos apoiaram e estiveram conosco durante todo processo de pesquisa e elaboração deste trabalho.

*Aline dos Santos Duarte*

*Windyanara Kelly de Souza Felício*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus por ter chegado até aqui. Foi D'Ele que veio a força e a confiança, foi Ele quem preparou essa grande vitória! Que eu seja merecedora de tamanha conquista, honrando Seu nome aonde quer que eu vá.

Agradeço também à minha mãe Laureci, ao meu pai Alessandro e a toda minha família, que de perto ou longe sempre me apoiou e torceu por mim. Que eu seja motivo de orgulho pra vocês sempre! Amo cada um de vocês como parte de mim mesma!

Minha imensa gratidão ao meu amor Gledson Lima. Obrigada por me compreender nesta fase que foi tão difícil. Você acreditou no meu potencial e me deu muita força. Quando o stress e a insegurança tomavam conta de mim você me acolhia no seu amor! Você é o amor da minha vida!

Durante esta fase acadêmica tive muita sorte, ou melhor, providência de Deus. Encontrei uma pessoa que está e ficará sempre no meu coração: Windyanara, minha super companheira! Obrigada minha amiga, por tudo!!! Sem você não teria feito nem metade do que fiz neste trabalho e em todo o Curso de Serviço Social. Parte da minha vitória é dedicada a você, que sempre esteve ao meu lado, colaborando com meu amadurecimento profissional e pessoal. Te Amo Demais!

Meu agradecimento já com um gostinho de saudade às minhas amigas de curso e pra vida toda: Raquel Conceição, Kelli Faria, Kátia Motta, Gisele Andrade e Aline Coutinho: demos força umas as outras, nos divertimos muito, nos stressamos muito, mas... Sobrevivemos!!! Vocês sempre farão parte da minha vida!

Agradeço aos professores da Faculdade Católica Salesiana, que me ensinaram muito, e também fazem parte do meu amadurecimento como pessoa e profissional. Aos campos de estágio, profissionais e colegas que oraram por mim e me deram apoio, que me ajudaram e me ensinaram muito. Obrigada!!!

Que Deus me ilumine nesta nova e importante fase que se inicia na minha vida, que Maria, mãe de Jesus, interceda por mim! Amém!

*Aline dos Santos Duarte*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu bom e querido Deus “porque D’ele, por Ele e para Ele são todas as coisas”. Sem Deus eu não teria chegado até aqui, não teria encontrado forças para prosseguir...

Quantas foram as vezes em que pensei em desistir, mas sempre senti que Deus estava ao meu lado, seus anjos seguravam minhas mãos. Grande responsável por isto: DEUS!

À minha família, sempre presente em minhas vitórias, derrotas, sonhos...

Aos meus pais, eu agradeço por tudo, pelo apoio, amor, a confiança dedicada, a compreensão nos momentos de ausência e correria. Quantas vezes vocês me socorreram? Obrigada mãe, por desde o ventre acreditar em mim.

Ao meu marido, Oswaldo, pela compreensão, amor e carinho. Pela força, pelas palavras de ânimo em todos os momentos. Sei que muitas vezes deixei de dar atenção, mas sempre foi um amigo e companheiro acima de tudo! Te amo amor!

À minha companheira Aline Duarte, minha dupla de TCC, Irmã de alma. Decidi que essa é a palavra que define o que você é pra mim. Colega, amiga, companheira, irmã, nenhum substantivo simples consegue descrever o seu significado na minha vida. Então resolvi usar um substantivo composto. Composto de alma, isso é o que sinto em relação à nossa amizade e em relação a você, já que a cada projeto que você faz, deixa um pedacinho de si. E espero deixar muitos pedacinhos de nós, juntas, por aí, conforme nosso livro de experiências vai sendo preenchido. Obrigada por existir na minha vida, e por permanecer nela, apesar de todos os obstáculos que já apareceram. Te amo e não é pouco!

Entretanto, minha gratidão especial a Aline Pandolfi que nos orientou durante esta etapa tão difícil, nos dando coragem e dividindo conosco seu conhecimento. Agradeço por entender nossas limitações e dividir seus conhecimentos de forma humilde e sutil, porém com muita propriedade no assunto ao qual abordamos. Obrigada pela paciência! Desejo que seja feliz! Muito obrigada por tudo!

Não poderia deixar de agradecer ao Doutor, mestre e professor, Renato Andrade. Foi de grande importância ser orientada por seu grande talento e conhecimento por este pequeno período! Aprendi muito!

Meus agradecimentos à Virgínia Pertence, pois além de exímia professora e intelectual nata, foi e continua sendo uma grande amiga. Obrigada por acreditar no meu intelectual e me mostrar que eu era capaz, pelas palavras sábias nos momentos que senti que não daria conta e por seu enorme coração que sabe acolher no momento certo. Obrigada pela força. Serei eternamente grata! Amigos de verdade a gente leva pra vida toda!

Obrigada também a todos que colaboraram com a pesquisa, aos voluntários e mães da ACACCI, mulheres guerreiras, que dedicaram seu tempo em prol da nossa pesquisa.

Nem tenho palavras para agradecer à ACACCI, meu campo de estágio. Aprendi muito, fiz amizades valiosas, aprendi a dar mais valor à vida. Obrigada a todas as assistentes sociais pela contribuição. Serei eternamente grata!

Enfim, agradeço a todos os meus amigos que durante os quatro anos de faculdade foram uma família. Meu abraço às amigas: Kátia Motta, Kelli Faria, Raquel Conceição, Gisele Andrade e Aline Barcelos.

*Windyanara Kelly de Souza Felício*

*“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se  
você não fizer nada, não existirão resultados”.*  
*Mahatma Gandhi*

## RESUMO

Nos últimos anos o Terceiro Setor tem crescido consideravelmente. Suas ações se caracterizam como um tipo de serviço prestado à sociedade, relativamente independentes do Estado, o trabalho voluntário é uma das principais atividades do Terceiro Setor e cresce concomitantemente a este, ressurgindo com mais intensidade no decorrer dos anos 1990. Desta forma, a presente monografia se objetivou por descrever as ações do trabalho voluntário de uma forma geral, compreendendo que apontar e discutir as contradições encontradas na realização desta atividade colabora com a efetivação da importância da participação e promoção social, bem como avaliar seu processo de trabalho dentro da Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil (ACACCI), Organização Não Governamental (ONG) pioneira no enfrentamento ao câncer infantil no estado do Espírito Santo e referência na ação voluntária, sendo que a maior parte das atividades da Instituição é desenvolvida por voluntários. A fim de realizar este estudo, optamos pelo tipo de pesquisa descritiva, pelo interesse em descrever as características essenciais do fenômeno em foco. O processo de coleta de dados deu-se por meio de entrevistas realizadas pelas pesquisadoras, visto que a entrevista é um dos instrumentos mais ricos para coleta de dados. Desta forma, o presente estudo nos permitiu explorar o tema em questão, observando que nele existem muitas contradições todavia existem também muitos benefícios para uma sociedade cuja participação estatal tornou-se mínima e, muitas vezes, ineficaz no que tange a garantia de direitos através das políticas sociais.

**Palavras-chave:** Voluntariado. ACACCI. Terceiro Setor.

## **ABSTRACT**

The third sector has grown considerably. Your actions characterized as a type of service performed to the society, relatively relatively independent from the state, voluntary work is one of the major activities of the Third Sector and increases concomitantly with this, reappearing with more intensity during the 1990's. In this way, this monograph is aimed to describe the actions of volunteering in general, understanding that pointing and discuss the contributions and contradictions found in this activity collaborates with the realization of the importance of participation and social promotion, as well as evaluate their work process within the ACACCI– Capixaba Association Against Infant Cancer, pioneer NGO in fighting childhood cancer in the state of Espírito Santo, that is reference in voluntary action, where the majority of institution activities is developed by volunteers. To perform this evaluation, we chose the type of descriptive research, by interest not to explain but to describe the essential characteristics of the phenomenon in focus. The data collecting process was through interviews conducted by the researchers, forasmuch the interview is one of the richest instruments for data collection. In this way, the present study allowed us to explore the topic, noting that there are many contradictions in it, nevertheless there are also many benefits to society in which the state participation became minimal and often inefficient in regard to rights guaranteed by social policies.

**Keywords:** Volunteering. ACACCI. Third Sector.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Quadro de distribuição das casas de apoio em todo Brasil.....	47
Figura 2- Organograma da ACACCI.....	56

## LISTA DE TABELAS

Tabela1- Setores da sociedade.....	36
------------------------------------	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACACCI- Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CIEE- Centro de Integração Empresa Escola

COL- Comitê Organizador Local

ECRIAD- Estatuto da Criança e do Adolescente

FHC-Fernando Henrique Cardoso

FIFA- Federação Internacional das Associações de Futebol

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social

HEINSG- Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

ONU- Organização das Nações Unidas

ONG- Organização Não Governamental.

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2.</b>	<b>VOLUNTARIADO .....</b>	<b>21</b>
2.1.	UM BREVE HISTÓRICO DO VOLUNTARIADO NO BRASIL.....	21
2.2.	VOLUNTARIADO E TERCEIRO SETOR .....	31
2.3.	DEFINIÇÕES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO .....	37
2.4.	A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO A PARTIR DA LEI Nº 9.608/98.....	40
2.5.	DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO VOLUNTÁRIO .....	41
<b>3.</b>	<b>A ASSOCIAÇÃO CAPIXABA CONTRA O CÂNCER INFANTIL (ACACCI) .....</b>	<b>43</b>
3.1.	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO .....	43
3.2.	A MISSÃO DA ACACCI .....	45
3.3.	A ACACCI E SEUS PROJETOS SOCIAIS .....	48
3.4.	A ACACCI E DIRETRIZES POLÍTICAS.....	52
3.5.	OS MECANISMOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS .....	61
<b>4.</b>	<b>O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ACACCI .....</b>	<b>64</b>
4.1.	O SURGIMENTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ACACCI .....	65
4.2.	ÁREAS DE ATUAÇÃO DO VOLUNTARIADO NA ACACCI .....	66
4.3.	O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DO VOLUNTÁRIO NA ACACCI .....	69
4.4.	MOTIVAÇÕES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO DA ACACCI.....	72
4.5.	A FORÇA DO VOLUNTARIADO NA ACACCI.....	77
4.6.	AS CONTRIBUIÇÕES DA ACACCI PARA OS PACIENTES HOSPEDADOS .....	79
4.7.	AS CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O TRATAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE HOSPEDADA NA ACACCI .....	81
4.8.	O TRABALHO VOLUNTÁRIO COMO EXPERIÊNCIA DE TRABALHO .....	85
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>88</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>98</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>104</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso dirigiu atenção ao tema Terceiro setor por observar que o mesmo, como um tipo serviço prestado a sociedade, tem crescido cada vez mais, principalmente no que concerne ao trabalho voluntariado.

O voluntariado é um tema que tem sido muito discutido e que ainda merece maior atenção e estudo. A prática de ações voluntárias volta com maior força durante a década de 1990, ocupando lugar de destaque na realização de serviços sociais, que passam a ser conduzidos com mais intensidade pelas organizações estatais e organizações da sociedade civil em geral.

Trata-se de uma ação antiga, que a partir do fim do século passado e início deste século, ganhou ênfase, em várias ferramentas da mídia e começou a aparecer em estudos científicos.

A experiência de uma das pesquisadoras em seu campo de estágio numa Organização Não Governamental, mais precisamente a Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil (ACACCI) nos permitiu perceber uma lacuna existente sobre este tema.

Desta forma, este trabalho se objetivou por analisar o trabalho voluntário desenvolvido na ACACCI, descrevendo suas ações e avaliando seu processo de trabalho dentro da Instituição. Objetivou também, por compreender e apontar as contradições encontradas na realização desta atividade, além de discutir a Lei do voluntariado e assuntos como participação e promoção social. Diante desta realidade, tornou-se necessário conhecermos e pesquisarmos sobre o tema em questão.

A ACACCI é uma instituição que desenvolve diversos projetos socioassistenciais, dentre os quais podemos citar: oficinas de artesanato, apoio pedagógico, oficinas de recreação, hospedagem, alimentação, transporte para os centros de tratamento.

Todo o histórico da instituição e a explanação de todos os projetos e ações desenvolvidas serão melhor apresentados no Capítulo II da pesquisa.

Embora as pesquisas a respeito das atividades voluntárias estejam crescendo, o número de obras específicas sobre o assunto ainda foram restritos, poucos materiais bibliográficos foram encontrados. Em vista disso, percebemos a necessidade de contribuir com a pesquisa científica acerca deste tema, uma vez que mesmo cercado de diversas contradições em seu processo, vem assumindo espaços cada vez maiores na sociedade.

As pesquisas e as publicações existentes a respeito do trabalho voluntário no Brasil ainda são poucas em comparação com a dimensão que a atividade está assumindo, contudo se percebe que já existem esforços no momento, inclusive nos espaços acadêmicos (CASTRO, 2002, p. 82).

Este estudo pesquisou de forma analítica a relação em que se insere o trabalho voluntário em uma Organização Não Governamental, identificando suas contradições acerca do processo de trabalho dos voluntários. Para melhor embasamento neste estudo foram discutidos também a Lei do Voluntariado e todo o contexto que permeia na ação voluntária junto à Organização Não Governamental.

Segundo Lima (2004), vários são os conceitos apresentados para ao se discutir o que é ser voluntário. São das mais diferentes etnias, idades, preferências sexuais e possuem as mais adversas motivações para se engajarem nos trabalhos: alguns pela dor, outros pela gratidão, pela indignação, pela identidade com a causa, alguns por interesse em receber algo em troca ou pela vontade de mudar.

Para que a pesquisa fosse desenvolvida, optou-se pelo tipo de pesquisa descritiva, pelo interesse não em explicar, mas em descrever as características essenciais do fenômeno em foco neste estudo.

A pesquisa descritiva nos possibilitou observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Trata-se de um tipo utilizado nas ciências humanas e sociais, áreas em que se situam o presente estudo.

Segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo básico descrever com profundidade as características de populações e fenômenos.

A respeito do tipo de abordagem utilizada, optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, considerando o interesse direcionado à busca das características essenciais do fenômeno em estudo, onde um dos objetivos principais é a obtenção de dados, busca e aprofundamento de conhecimentos sobre o trabalho voluntário em uma Organização Não Governamental.

Para Martinelli (1999), a metodologia qualitativa se dirige à abordagem da singularidade do sujeito, à importância de conhecer seu modo de vida e experiência social.

Neste caso, através da pesquisa qualitativa, foi possível obter dados não mensuráveis quantitativamente, mas que participam das características do objeto tomado para estudo, neste caso, quais são as contradições apresentadas pelo trabalho voluntário na ACACCI.

No início da pesquisa, foi projetado entrevistarmos onze (11) participantes, sendo seis (06) voluntários e cinco (05) acompanhantes de pacientes. Todavia, foram incluídos na pesquisa somente três (03) voluntários atuantes em alguns setores da instituição, sendo eles atuantes na diretoria, setor de eventos e oficinas de arte, bem como cinco (05) acompanhantes dos pacientes hospedados na ACACCI.

A redução do número de entrevistados se justifica pela indisponibilidade por parte dos voluntários em participarem da entrevista no momento da coleta de dados no campo de pesquisa. Fato este que se dá pelo grande número de eventos para angariar fundos e atividades ocorridas diariamente na Instituição.

Para escolha destes acompanhantes, foi feito um processo de amostragem aleatória simples, onde todos estes acompanhantes tinham a mesma probabilidade de serem escolhidos. Desta forma, as entrevistas foram feitas de acordo com a disponibilidade dos mesmos durante o período de hospedagem, já que o tratamento das crianças exige atenção e cuidado por parte dos acompanhantes.

Os participantes foram abordados neste estudo em relação às contribuições observadas na atuação do trabalho voluntário, se encontram algum desafio, e quais os resultados podem ser observados para o tratamento do paciente.

O processo de coleta de dados deu-se por meio de entrevistas realizadas pelas pesquisadoras. Tal instrumento permitiu um contato maior entre o pesquisador com o sujeito da pesquisa, por meio de um diálogo, contribuindo para a melhor obtenção de informações. Foi utilizado também um roteiro semi-estruturado, e um espaço físico fechado, o que contribuiu para com a privacidade, confidencialidade e sigilo da pesquisa. Desta forma, foi garantida a proteção aos participantes da pesquisa.

A entrevista proporcionou maior precisão e focalização sobre os dados. Permitiu-nos determinar as opiniões dos pesquisados sobre os fatos, conhecendo e analisando o que as pessoas pensam sobre o objeto em estudo. A entrevista nos possibilitou ainda conseguir informações mais precisas, permitindo que os dados sejam qualificados e submetidos a tratamento descritivo.

Os dados da entrevista foram tratados utilizando-se do método de análise de conteúdo, este se trata de um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando à descrição do conteúdo das mensagens.

Seguindo este método, foi realizada a leitura no material produzido pelas entrevistas realizadas com os participantes, a partir do qual foram extraídas as unidades que configuraram sentido ao texto, conforme os objetivos perseguidos neste estudo. Em seguida, as unidades foram aglutinadas conforme suas semelhanças, compondo assim as categorias de análise.

Os dados da pesquisa foram tratados de forma qualitativa, e os apresentamos de forma estruturada após análise do conteúdo. Nessa etapa foram expostos os resultados da pesquisa feita no campo, correlacionando-os com os objetivos e as teorias de referência adotadas neste estudo.

Para registro das entrevistas foi utilizada a gravação em meio eletrônico (MP3), após consentimento dos participantes. O material gravado foi posteriormente transcrito e,

após a transcrição, imediatamente apagado, a fim de resguardar o direito de sigilo das informações dos participantes.

O processo de análise qualitativa dos dados envolveu as seguintes atividades e etapas: redução, categorização, interpretação dos dados. A redução consistiu na abstração dos dados provenientes da coleta, pelos instrumentos utilizados. A categorização consistiu na organização dos dados obtidos, permitindo a construção das categorias de análise descritoras do objeto de estudo. E a interpretação pressupôs descrever as categorias de análise e a apresentação das mesmas de modo a interpretá-las utilizando-se a inferência e a associação ao referencial teórico do estudo.

É relevante ainda ressaltar, a necessidade de um maior entendimento sobre o tema, principalmente a condição do voluntariado neste contexto neoliberal, como um posicionamento crítico, provando sua força política e mobilizatória na luta pela defesa e garantia dos direitos sociais.

O trabalhador voluntário não se satisfaz atuando apenas em campanhas assistencialistas que limitam sua participação na busca de soluções para os problemas sociais, mas buscam também participar de projetos ou apoiar para que mudanças positivas sejam provocadas na sociedade.

O presente trabalho está organizado em três capítulos que podem ser sintetizados obedecendo à seguinte ordem:

O Capítulo I, "Voluntariado", demonstra que o voluntariado sempre existiu no Brasil, apresenta seus distintos conceitos e sua evolução histórica, mesmo não sendo estruturado de modo sistemático. A proposta do voluntariado deslança com o Ano Internacional do Voluntariado e, por todo o Brasil, se divulga a cultura de um novo modelo de voluntariado.

Procurou-se fazer uma retrospectiva do surgimento do Estado e as modificações de seu papel, que foram desencadeadas pelas transformações sociais e o período de neoliberalismo. Nesse contexto, constatou-se que o Estado num primeiro momento é

levado pela burguesia a dar respostas às mazelas provocadas pela questão social, objetivando garantir o mínimo necessário para o provimento do bem-estar dos trabalhadores que precisam produzir.

O Capítulo II irá apresentar um histórico sobre o local escolhido para a realização da pesquisa, a ACACCI. Neste capítulo detalhamos a missão da instituição, os projetos desenvolvidos, as diretrizes políticas que fundamentam e a prática de seus profissionais. Também foram apresentadas as instâncias pela qual a ACACCI é dividida, sendo estas apresentadas por cargos e hierarquias.

No capítulo III, abordamos temas acerca do voluntariado de um modo geral. Os assuntos que permeiam e dão possibilidades à ação voluntária, tais como a cidadania e transformação social e, mais especificamente na ACACCI, colhemos, por meio de uma pesquisa descritiva qualitativa, as motivações e contribuições do trabalho voluntário, bem como a percepção dos beneficiários diante desta ação crescente e importante nos Projetos executados pela Instituição. Destacamos ainda que a análise também se dará pelas contradições inerentes a atual conjuntura capitalista com ênfase para a atuação do voluntário diante das atuais transformações societárias dentro da lógica capitalista.

## 2 VOLUNTARIADO

### 2.1 UM BREVE HISTÓRICO DO VOLUNTARIADO NO BRASIL

Antes de discutir especificamente sobre trabalho voluntário, é fundamental uma reflexão acerca do que se compreende por trabalho humano e, trabalho na sociedade capitalista. Posteriormente, trataremos do trabalho voluntário e sua história no Brasil, bem como sua contextualização no período atual. Esta abordagem buscará trazer reflexões que ora possibilite perceber contribuições dessa forma de trabalho, bem como as críticas iminentes ao voluntariado, no intuito de considerar suas contradições.

A cerca do trabalho, Marx (2003) expõe que este é criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, quaisquer que sejam as formas de sociedade.

A respeito das naturezas do trabalho, Netto e Braz (2008) afirmam que o trabalho que cria valor de uso é trabalho concreto (trabalho útil), isso significa que toda sociedade exigirá trabalho concreto de seus membros; já o trabalho abstrato só é pertinente nas economias nas quais as trocas mercantis são significantes.

Iamamoto (2011) entende o trabalho abstrato, ainda, como a representação de uma “determinação social do trabalho”, uma igualação social de diferentes tipos de trabalho, que supõe determinadas relações de produção entre pessoas e somente ele cria valor.

Segundo Netto e Braz (2008, p. 29):

O trabalho é muito mais que um tema ou um elemento teórico da Economia Política. Trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade.

Netto e Braz (2008, p. 34) ainda afirmam que o trabalho só deve ser pensado como uma atividade exercida por homens e membros de uma sociedade. O trabalho é considerado a partir deste momento como atividade através da qual, transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades se cria a riqueza social.

Todavia, além de ser considerada uma atividade específica de homens em sociedade, é também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Em poucas palavras, estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal.

O Trabalho voluntário não é um fato novo na história da humanidade. De acordo com Pereira (2003), no Brasil essa prática existe há cinco séculos, alguns pesquisadores, como Reis (2003), afirmam que seu início deu-se em 1543, com a implantação da primeira Santa Casa da Misericórdia no Brasil, de onde vem a noção do voluntariado ligado à área espiritual, já que este tipo de atividade era conduzida por padres e freiras.

As ações espontâneas de assistência aos mais necessitados sempre estiveram presentes na sociedade brasileira. Durante todo o período colonial e até o século XIX as ações de assistência social privada tiveram um modelo caritativo, inspirado em valores religiosos, que influencia a ação filantrópica até os dias de hoje (BARBOSA, 2005, p.1).

A relação da igreja com o início do voluntariado é identificada por alguns autores, exemplificamos Hudson (1999), que afirma em seus estudos que as ações de caridade coincidem concomitantemente com o crescimento da igreja e dos princípios religiosos. Segundo ele, os ensinamentos judeus faziam refletir a ideia de que os pobres tinham direitos e os ricos, tinham deveres para com os marginalizados e miseráveis.

Ainda hoje, diversas entidades são assistidas e administradas por religiosos. Como por exemplo, na área da saúde, os Hospitais São Camilo e Santa Catarina, ambos do Estado de São Paulo. O mesmo vale para a área da Educação.

Foi a partir do século xx, que, com a crise do Estado de Bem Estar, as atividades voluntárias ganharam visibilidade na sociedade civil. Percebendo a necessidade de luta a favor das questões de cunho social, a população acabou se envolvendo cada vez mais, e assumindo uma atitude de participação frente aos problemas sociais, como: “pobreza, desrespeito aos direitos sociais, violência, discriminação, trabalho infantil, trabalho escravo, exploração de crianças e adolescentes, etc.” (CASTRO, 2002, p.37).

Considera-se então, que o trabalho voluntário no Brasil seguiu sua trajetória marcada pelo assistencialismo católico, já que a maioria das entidades filantrópicas<sup>1</sup> era ligada à Igreja Católica.

Conforme afirma Domeneghetti (2001), em 1910 o escotismo<sup>2</sup> chega ao Brasil com seus princípios e normas específicas na área de servir “sempre alertas”, introduzindo seus conceitos em nossa sociedade.

Em 1930 o governo e suas instituições passam a ser mais ativos com o desenvolvimento de políticas assistencialistas, reforçadas na era Vargas onde o Estado passa a pecar pelo excesso, ou seja, ao invés de ensinar e prover condições para a sociedade se auto-organizar em alguns quesitos, verticalizou e assumiu quase todas as obrigações. Em âmbito nacional, estadual ou municipal, estas políticas derivadas das mais nobres intenções naufragaram pela falta de envolvimento ativo dos interessados/beneficiados (DOMENEGHETTI, 2001, p. 107).

Nas décadas de 50 e 60 houve o agravamento da questão social no país e nossa exposição à realidade mundial.

A sociedade passou a se organizar de forma mais efetiva. Alguns protagonistas da sociedade passaram a liderar movimentos sociais em prol de causas específicas

---

<sup>1</sup> Segundo Miranda e Moraes (2003), a expansão do trabalho voluntário está da fundação da Santa Casa de Misericórdia em 1543, na Vila de Santos na Capitania de São Vicente (atual Estado de São Paulo), freiras e leigos impulsionados por preceitos religiosos, ofereciam alimentos e cuidavam da saúde dos internos gratuitamente, o voluntário era muito ligado às questões de caráter espiritual e de saúde. Depois dessa primeira experiência a Santa Casa se estendeu para outras capitanias necessitadas e aos próprios membros das irmandades ou ordens. Dessa forma, expandiu-se o trabalho voluntário exercido pelos leigos.

<sup>2</sup> ESCOTISMO= sm. Organização mundial de educação fora da escola, fundada por Baden Powell (1857-1941), e que visa a desenvolver, nos jovens, um comportamento baseado em valores éticos (FERREIRA, Novo Dicionário da Língua portuguesa. 1986).

(muitas delas relacionadas às realidades sociais identificadas e interesses pessoais), aglutinando simpatizantes, geralmente ligados à sua esfera social.

Em princípio, quem praticava ações voluntárias eram, em sua maioria, mulheres bem intencionadas e com pouco treinamento, mas envolvidas pela causa por opção ou afinidade.

A mulher estava em um período de emancipação e conquista de seus direitos. Essas mulheres trabalhavam na organização de chás de senhoras e eventos de caridade, procurando assim promover-se no meio social. Elas eram chamadas nesta época de “damistas” do voluntariado nacional, era fruto do assistencialismo, da Igreja e da parte mais rica da sociedade que impunha este tipo de trabalho aos mais necessitados. Era pregado que deveriam ajudar aos pobres, pois eles também eram considerados gente.

A década de 1970 é marcada pelo surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) europeias e brasileiras. Tendo sua origem no Brasil no período de ditadura, por isso, as ONGs brasileiras nesse período ficaram mais associadas ao discurso esquerdista. Hoje são definidas de maneira diferente, sendo consideradas um conjunto de organizações da sociedade civil que se diferencia do Estado e do Mercado.

Essas organizações se dizem não governamentais por serem administradas/gerenciadas por nenhum órgão do Estado, o que não lhes impossibilita de receberem recursos, prestar serviços a ele ou até mesmo que seja criada por uma pessoa ligada diretamente ao aparelho burocrático estatal (ANDRADE, 2006, p. 95).

Segundo Rezende e Albertasse (2002) nesta mesma década, há um aumento intenso dos Movimentos Sociais. A partir de então, o voluntariado passa a se direcionar para a conquista da Cidadania, pautada na luta pelos direitos civis, políticos e sociais dos indivíduos, visando à construção de uma sociedade mais participativa e comprometida com a transformação da realidade.

É a partir desse momento que se observa o início de um projeto global denominado neoliberalismo, onde segundo Montaño (2003), o Estado, se afasta parcialmente da intervenção social, porém, é subsidiador e promotor do processo ideológico, legal, e financeiro de “transferência” da ação social para o “terceiro setor”, cujo papel é de minimizar os impactos da oposição às reformas neoliberais.

Segundo Saviani (2002, p. 23), no caso do Brasil, esta configuração ocorre de maneira diferente; a partir de 1990, com a adoção do neoliberalismo na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, em consequência, a reforma do Estado, é posto em questão o financiamento das políticas públicas, principalmente as de corte social, ocorrendo em grande medida, à transferência de responsabilidades para a sociedade civil. Assim, a função do Estado torna-se secundária e apela-se para a benemerência e o voluntariado.

Sendo assim, segundo afirma Almeida (2004, p.9), com a entrada do neoliberalismo, a presença forte da sociedade civil a partir dos anos de 1990, passa a ser “metamorfoseada em Terceiro Setor”.

Tal fato provoca mudanças significativas nas relações entre o Estado e a sociedade, cumprindo assim um papel ideológico na preservação dos interesses do capital. Ou seja, o Estado não deve, nem pode ser mais o grande responsável pelo bem-estar social, então, define-se, como estratégia prioritária para atender as expressões da questão social à parceria entre o Estado e a sociedade civil.

Com isso, Pereira (2003, p.39), destaca como “saída” o incentivo ao Terceiro Setor e às práticas de solidariedade informal e voluntária.

Dagnino (2002), afirma ainda que o terceiro setor reconhece as vantagens que a atuação conjunta com o Estado lhe traz: a contribuição material, o aumento na sua própria capacitação, o prestígio que advém do reconhecimento do Estado e a partir daí, maior presença na mídia.

Segundo Sader (2004, p. 9), as políticas neoliberais, ao orientarem-se pela retração do Estado, abrindo maior espaço para as relações mercantis, há um choque com os interesses públicos e com os direitos universais dos cidadãos.

Montaño (2003) ainda relata a atribuição à responsabilidade pública às sequelas da “questão social” às organizações da sociedade civil. Desta forma, diminui-se significativamente o controle democrático e a pressão política, passando a responsabilização para os próprios sujeitos portadores de necessidades.

(...) Isto não só significa a retirada parcial do Estado desta função, mas profundamente a passagem de uma responsabilidade do conjunto da sociedade em financiar esta ação estatal para uma auto-responsabilidade dos necessitados pela solução dos seus próprios carecimentos. Isto significa que passa a haver um autofinanciamento pelos próprios sujeitos carentes, complementado pela participação voluntária (MONTAÑO, 2003, p.235).

O voluntário está engajado à participação social, sendo esta, uma necessidade posta e incentivada pelo Estado a partir de sua mínima intervenção.

Montaño (2003) exemplifica esta ação estatal através do Projeto Amigos da Escola, onde o Estado apoia propagandas maciças referentes a este Projeto, que por sua vez promove o Ano Internacional do Voluntariado, e este desenvolve uma legislação, Lei nº 9.608/98-Lei do voluntariado, para facilitar a expansão destas ações, estabelecendo “parcerias” e repassando recursos públicos para estas entidades privadas.

Outro exemplo é a Copa do mundo de 2014, onde serão recrutados somente na Prefeitura de Porto Alegre, cinco mil voluntários. A ação intitulada como “Programa de Voluntariado” terá duas faces: uma dirigida pela Federação Internacional das Associações de Futebol (FIFA) e outra pelo Governo Federal.

A mesa de abertura contou com a presença de governadores, Ministério do Esporte, Comitê Organizador Local (COL), e a coordenação do Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (Ecopa Salvador).

Um aspecto que nos chama atenção a respeito da desresponsabilização do Estado no intuito de transferir essa responsabilidade a um conjunto da sociedade, está expresso na frase citada pelo governador da Bahia no lançamento do Programa de Voluntários para a Copa de 2014:

Voluntariado para mim é o tempero dos eventos. É a espontaneidade das pessoas em querer trabalhar. Todos vão falar para filhos e netos que trabalharam na Copa. Aqui, com certeza, teremos mais inscrições que o necessário e vamos disponibilizar o Serviço de Atendimento ao Cidadão para ajudar nisso. O recheio dos estádios é o nosso povo<sup>3</sup>.

O Estado se utiliza da satisfação pessoal dos que se disponibilizam a realizar o trabalho voluntário como uma forma de mobilização da sociedade. Observa-se que o Estado tem motivado essa iniciativa enquanto uma característica do período neoliberal.

Contraditoriamente, segundo Lima (2004), é possível observar a satisfação pessoal dos que participam em atividades na sua comunidade, além dos resultados que serão trazidos com aquela ação.

Isso demonstra essa necessidade do homem de participar. Algumas das motivações em participar são simplesmente porque se sente prazer em fazê-lo, além disso, é mais eficaz e eficiente quando não se trabalha sozinho.

Pode-se afirmar de acordo com Teodósio (2004, p.11), que este não busca a remuneração financeira, ao menos diretamente, porém outro tipo de compensação como a espiritual, afetiva, política, ideológica ou mesmo de realização profissional.

Se tratando das questões profissionais, a atividade voluntária traz consigo uma “bagagem” de experiências que são valorizadas pelo mercado. Observa-se de então o interesse de alguns voluntários em enriquecer seu currículo nas ações práticas referentes ao seu campo de trabalho, mas também o enriquecimento do convívio social intrínseco ao voluntariado, trabalhando num conceito de limitações, possibilidades e desafios que este traz.

Acentua-se a heterogeneidade das classes trabalhadoras em suas experiências de vida e de trabalho, considerando-se a diversidade de trajetória das categorias que a compõem, além de correspondentes repercussões na subjetividade, com as determinações de gênero, étnico-raciais, as distintas formas de inserção no mercado de trabalho (PESSANHA; MOREL apud IAMAMOTO, 2011, p. 340).

---

<sup>3</sup> Portal da Copa. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/evento-de-lancamento-do-programa-de-voluntariado-para-copa-esta-sendo-realizado-em-salvador>. Acesso em 03 de Nov.2012.

Cunha (2010) revela o surgimento de um novo voluntariado a partir da década de 1990, sendo que a nova atividade voluntária surge a partir de uma construção e não como um resultado soma de iniciativas pessoais, espontâneas, incentivadas por um sentimento cívico individualmente gestado, sinalizando um momento de aperfeiçoamento e amadurecimento nas diversas formas da participação da sociedade às novas expressões da questão social surgidas desde então.

Surgem assim modernas atuações no âmbito social, onde o voluntariado busca incorporar ao seu processo de gerenciamento, novos conceitos, filosofias e procedimentos, nunca perdendo sua identidade.

Neste mesmo ano, em conferência realizada na cidade de Paris, é aprovada a Declaração Universal sobre o Voluntário em 1990.

De acordo com essa declaração, inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Convenção dos Direitos da Criança (1989), criam-se atributos que devem ser cumpridos tanto pela equipe de voluntários como pela instituição, a saber:

A. Do voluntariado:

1. É baseado numa escolha e motivação pessoal, livremente assumida;
2. É uma forma de estimular a cidadania ativa e o envolvimento comunitário;
3. É exercido em grupos, geralmente inseridos em uma organização;
4. Valoriza o potencial humano, a qualidade de vida e a solidariedade;
5. Dá resposta aos grandes desafios que se colocam para a construção de um mundo melhor e mais pacífico;
6. Contribui para a vitalidade econômica, criando empregos e novas profissões.

B. Do voluntário:

O voluntário põe em prática os seguintes princípios:

1. Reconhece a cada homem, mulher e criança o direito de se associar, independente de raça, religião, condição física, social ou econômica;
2. Respeita a dignidade e cultura de cada ser humano;
3. Oferece seus serviços, sem remuneração, dentro do espírito de solidariedade e esforço mútuo;
4. Detecta necessidades e estimula a atuação da comunidade para a solução de seus próprios problemas;
5. Está aberto a crescer como pessoa, através do voluntariado, adquirindo novas habilidades e conhecimentos, desenvolvendo seu potencial, autoconfiança, criatividade e capacitando outras pessoas a resolverem seus problemas;
6. Estimula a responsabilidade social e promove solidariedade familiar, comunitária e internacional.

O voluntário deve:

1. Encorajar o comprometimento individual nos movimentos coletivos;
2. Procurar o fortalecimento de sua organização, informando-se e aderindo as suas metas e políticas;
3. Empenhar-se no cumprimento das tarefas disponíveis e responsabilidades aceitas;
4. Cooperar com os outros membros da organização, dentro do espírito de mútua compreensão e respeito;
5. Empenhar-se nos treinamentos, quando necessário;
6. Guardar a confidencialidade das suas atividades.

C. Da entidade:

As organizações devem:

7. Divulgar as políticas necessárias para o desenvolvimento da atividade voluntária, definir critérios de participação do voluntário e verificar que as funções indicadas sejam cumpridas por todos;
8. Confiar a cada pessoa tarefas adequadas, garantindo treinamento apropriado;
9. Fazer avaliação regular e reconhecer o trabalho do voluntário;
10. Prover ao voluntário cobertura e proteção adequada contra riscos, durante a execução da sua tarefa, bem como providenciar cobertura por danos causados a terceiros;
11. Facilitar o reembolso das despesas do voluntário;
12. Definir as condições sob as quais as organizações podem encerrar seu compromisso um com o outro.

Em 1996 foi criado o “Programa de Estímulo ao trabalho voluntário no Brasil”, com o objetivo de promover o conceito e estimular a prática da cidadania no país. Dá-se então a criação de Centros de voluntários por todo o país. Hoje, grande parte das capitais possui um Centro de voluntário, onde estes buscam tanto a captação como a capacitação de voluntários e também de instituições.

Segundo Lima (2004), o dia 05 de dezembro foi instituído pela ONU como o Dia Internacional do Voluntário. Com o objetivo de promover momentos de reflexões a cerca da cidadania e a solidariedade. Neste dia, inúmeras instituições e grupos de voluntários estimulam este tipo de ação e se reúnem para realizar comemorações referentes à data.

O Estado do Espírito Santo também foi contemplado com um destes Centros, chamado de Movimento Capixaba de voluntários. O mesmo foi fundado em 15 de junho de 1999 a partir do Programa Voluntários da Comunidade Solidária.

De acordo com o site revista filantropia<sup>4</sup>, o Movimento Capixaba de voluntários tem o apoio de diversas empresas para a implementação de seus projetos. Neste momento, a entidade trabalha para alcançar suas próximas metas, tais como a aquisição de sua própria sede, o fortalecimento de seu corpo de profissionais e a captação de recursos internacionais para a causa voluntária. O Movimento vai continuar lutando para tornar realidade o seu lema: “Transformar necessidades sociais em oportunidades de ação voluntária”.

Sendo assim, atualmente, pode-se entender que o voluntariado é um fenômeno que pode estar passando por um processo de reconstrução, no qual a antiga filantropia assistencial vai sendo progressivamente substituída por preocupações mais efetivas com concretização de uma sociedade mais justa e igualitária.

Mestriner (2001, p.14) afirma que a filantropia constitui-se, pois no campo filosófico, moral, dos valores, como o altruísmo e a comiseração<sup>5</sup>, que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação.

Podemos observar atualmente, que o trabalho voluntário é um fenômeno que vêm crescendo em nossa sociedade, sendo apresentado como um mecanismo de solidariedade e responsabilidade social.

Segundo pesquisa realizada pela Rede Brasil Voluntário e Ibope Inteligência, um em cada quatro brasileiros acima de dezesseis anos já realizou ou faz trabalho voluntário, o total chega a trinta e cinco milhões de pessoas<sup>6</sup>.

Pereira (2000) menciona que cerca de 16% da população brasileira acima de dezoito anos, ou seja, aproximadamente doze milhões, participavam de projetos sociais como voluntários.

---

<sup>4</sup> LORIO, Elaine. Movimento Capixaba de voluntários e ONGs. São Paulo. 2006. Disponível em: <[http://www.revistafilantropia.net.br/\\_ORF/materias.asp?ld\\_pagina=1493](http://www.revistafilantropia.net.br/_ORF/materias.asp?ld_pagina=1493)>. Acesso em: 23 de setembro de 2012.

<sup>5</sup> Sf= Compaixão. (FERREIRA. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1993).

<sup>6</sup> REDE Brasil Voluntário. Programa Voluntariado Brasil 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilvoluntario.org.br/pesquisa/>>. Acesso em: 15 de jun.2012.

Já, outra pesquisa, citada na Revista Filantropia por Naccache e Lannarelli (2012), revela que a ação voluntária envolve hoje um exército de quatorze milhões de pessoas. Seriam adultos com idade entre 35 a 55 anos, que dedicam, em média, um dia e meio por semana, às ações voluntárias. Destas, 8% estariam voltadas à saúde, 9% a direitos humanos, 16% à educação.

## 2.2 VOLUNTARIADO E TERCEIRO SETOR

O trabalho voluntário, antes visto como mera caridade, atualmente tem intrínseca relação entre Estado e sociedade civil, sendo um instrumento de atuação do Terceiro Setor para o enfrentamento das várias expressões da questão social.

Fernandes (1997) afirma que o Terceiro Setor é o conjunto de organizações sem fins lucrativos, que teve seu princípio na participação voluntária, num âmbito relativamente independente do governo e dependendo da boa vontade da sociedade civil, cujas ações perpetuavam práticas tradicionais da filantropia, caridade, e do mecenato.

Chama-se Terceiro Setor porque pressupõe a existência do Primeiro e do Segundo Setor, que enfatizam a relação entre as ações públicas e as privadas. Alguns autores conceituam o Primeiro Setor caracterizado pelo Estado, representado pelas prefeituras municipais, governos dos estados e a presidência da república, além das entidades a estes ligados. Sendo assim, este setor pode ser denominado de “setor público”.

Nessa direção, adverte Montaño (2003), o Terceiro Setor está associado à retomada da “refilantropização da questão social”, ou seja, a “remercantilização da questão social”, tendo como base uma nova estratégia de legitimação do sistema capitalista que, no contexto neoliberal, tem como eixo central a passagem das “lógicas de Estado” para as “lógicas da sociedade civil” ou, na equalização que faz a corrente liberal, para as lógicas do mercado.

Ainda segundo Montaño (2003), pode-se afirmar que o Estado além de promover a expansão do Terceiro Setor é responsável pelo seu funcionamento por meio da transferência de fundos públicos e parcerias firmadas entre o Estado e a sociedade civil. Tal transferência é assegurada pelo Estado mediante a legislação vigente do Terceiro Setor, do Voluntariado e das Organizações da sociedade civil de interesse público. Desta forma, o Estado torna-se o verdadeiro subsidiador e promotor destas organizações e ações do chamado Terceiro Setor.

Acerca da refilantropização, Yazbek (1995) afirma que esta é uma categoria que está sendo utilizada desde o início dos anos 1990 com o objetivo de designar uma das principais estratégias de implantação do projeto neoliberalista nos países capitalistas. Este processo objetiva-se em liberar o Estado de suas responsabilidades no enfrentamento das expressões da questão social transferindo-as à sociedade civil que é incentivada a reorganizar-se e modernizar-se através de novos mecanismos de gestão social para suas entidades e organizações amparadas por uma nova legislação na área, agora denominada de Terceiro Setor.

É importante frisar que esse processo de refilantropização faz com que o voluntariado ressurgja com grande força através das parcerias estabelecidas para garantir a implantação de programas e projetos nessa direção.

O Segundo Setor é o mercado, constituído pelo conjunto das empresas que exercem atividades privadas, ou seja, atuam em benefício próprio e particular.

Falconer (2003, p.1) esclarece sobre o Terceiro Setor no Brasil, dizendo:

Não se sabe ao certo o tamanho do terceiro setor no Brasil, mas estima-se que ele seja composto por bem mais de 200 mil organizações. Segundo uma pesquisa de 1995, ele emprega pelo menos 1 milhão de pessoas e um número ainda maior de voluntários. O setor, invisível nas estatísticas oficiais, tem grande importância econômica.

O Terceiro Setor é constituído de organizações sem fins lucrativos, atuando nas lacunas deixadas pelos setores públicos e privados, buscando o bem-estar social da população.

É a partir daí que Montaño (2003) afirma que a noção hegemônica do Terceiro Setor surge nos EUA, na transição dos anos 70 para os 80, num contexto de associativismo e voluntariado, fazendo parte de uma cultura política baseada no individualismo liberal, onde está inserido o processo de reforma Neoliberal do Estado e das relações capital/trabalho, em respostas às sequelas da questão social.

Este Terceiro Setor muitas vezes é um prestador de serviços ao capital na luta pela hegemonia na sociedade civil, no processo de reestruturação do capital, pois em diversas vezes observamos o afastamento do Estado nas suas responsabilidades.

Iamamoto (2002) tem uma posição clara a respeito da ação voluntária:

Não há dúvida que o projeto de mobilização do “voluntário” é parte da estratégia neoliberal de desresponsabilização do Estado no atendimento às necessidades e direitos sociais das grandes maiorias. O voluntariado faz parte de uma investida a favor do desmonte dos direitos sociais universais, acoplada a uma operação ideológica que transforma esses direitos em benefícios eventuais da sociedade (IAMAMOTO, 2002, p. 44-45).

O Terceiro Setor assume então, uma importante posição na sociedade. As lacunas que existem necessitavam de um terceiro agente que subsidiasse os cidadãos, vítimas das expressões da questão social, se tornando uma iniciativa da sociedade civil necessária e eficaz que percebeu a carência deste serviço para os não assistidos pelo Estado.

Se tratando de Terceiro Setor, Salomon (apud FERNANDES, 2002, p. 19) afirma que:

Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem singular: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo “terceiro setor” global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre seus diretores ou entre o conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário.

Inerente a todo esse contexto de atuação do Terceiro Setor, uma nova forma institucional ganha corpo no período e introduz um estranho neologismo reconhecido

hoje nas diversas línguas nacionais, as ONGs (Organizações Não-Governamentais).

O surgimento das ONGs é talvez o sintoma mais claro, na América Latina, das tendências que nos levam a pensar num 'Terceiro Setor'. Não passam de um pequeno segmento, mas as suas características resumem-se com nitidez na ideia do 'privado com funções públicas'. São as instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos (FERNANDES, 2002, p.65).

O trabalho das ONGs beneficia, segundo estimativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) , cerca de 205 milhões de pobres nos países em desenvolvimento.

O PNUD é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que se objetiva por promover o desenvolvimento bem como a eliminação da pobreza no mundial. Para isto, o PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, executa também projetos que no intuito de contribuir em melhores condições de vida nos 166 países onde possui representação.

É conhecido por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como por ser o organismo internacional que coordena o trabalho das demais agências, fundos e programas das Nações Unidas, conjuntamente conhecidas como Sistema ONU nos países onde está presente<sup>7</sup>.

Para Fernandes (2002) trabalhando para (e com) sindicatos, associações, movimentos, redes sociais, igrejas, órgãos do governo, universidades, mídia, empresas etc., as ONGs potencializam as suas competências.

Descobriu-se assim que as atividades de interesse público podem ser exercidas fora do governo, e em medidas que ultrapassam as expectativas de uma vida.

As Organizações Não Governamentais buscaram se legitimar junto à sociedade, prestando seus serviços à população, se posicionando frente a alguns debates locais e nacionais e buscando espaço na mídia. O Estado tendo que responder ao Capital e às transformações no mundo da produção e da acumulação, se posiciona como "parceiro", financiando, propondo e

---

<sup>7</sup> PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (PNUD BRASIL). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

dando uma certa “linha política” às entidades através da legislação e regulamentação do chamado “Terceiro Setor” (ANDRADE, 2006, p. 100).

Há um reconhecimento de luta e defesa dos direitos que ganha força quando os indivíduos se reúnem por um mesmo objetivo através das Organizações Não Governamentais, tendo o reconhecimento de que a defesa dos direitos é realizada através da articulação das redes e da participação nas decisões de interesse público.

As iniciativas levantadas através da participação ativa em Conselhos, Fóruns, debates e em serviços socioassistenciais, são fielmente defendidas pela sociedade por esta se encontrar inserida na realidade social dos indivíduos e vice-versa.

Suas políticas não são compulsórias. Sua influência depende da persuasão. Na verdade, é frequente que elas aconteçam ser muito convincentes, e, portanto muito influentes, justamente porque não falam de uma posição marcada pelo poder da coerção (FERNANDES, 2002, p. 23).

A organização administrativa e social das ONGs depende de um esforço gigantesco que demanda competência, criatividade e disponibilidade de seus administradores e voluntários na tentativa de prestar um serviço de qualidade e de contribuição na vida das pessoas.

O ingresso das classes trabalhadoras na vida pública é tema constante da modernidade e compõe um capítulo obrigatório das histórias sociais do século XIX. O tema é clássico. Nem por isto, no entanto, deixa de apresentar novidades. Com muitos indícios e algumas boas razões, pode-se dizer com segurança que a atividade cidadã expande-se atualmente em números e em formas sem precedentes (FERNANDES, 2002, p.16).

Segundo Fernandes (2002), na contemporaneidade, os indivíduos e os grupos de base já não estão na base da pirâmide, sob o mercado e o Estado. A sociedade civil tem se organizado por meio das Instituições Não Governamentais e faz-se intensamente presente, sendo que as relações de interesse público são influenciadas pelo interesse das mesmas.

Observa-se a partir daí as combinações resultantes da conjunção entre o ‘público’ e o ‘privado’:

Tabela 1. Setores da sociedade:

AGENTES	FINS	SETOR
Públicos	Públicos	Estado-1ºSetor
Privados	Privados	Mercado-2ºSetor
Privados	Públicos	Terceiro Setor

**Fonte: Fernandes (2002, p. 21).**

Fernandes (2002) afirma que as ONGs não possuem um caráter representativo. Há diferença dos sindicatos, das associações de moradores ou mesmo dos movimentos sociais, as ONGs não podem falar ou agir em nome de terceiros. Fazem-no somente em nome próprio.

Em consequência, não dependem do complexo jogo político implicado nos sistemas representativos para legitimar suas decisões. Mas ainda, as ONGs podem, em princípio, multiplicar-se indefinidamente, em função das demandas e das iniciativas, sem que isto tampouco coloque problemas de legitimidade. A importância que hoje é atribuída às ONGs se dá pelas respostas obtidas aos serviços que tem para oferecer. Finalmente, e este é o outro lado da medalha, observou-se que serviços bem feitos podem ter repercussões surpreendentemente maiores do que os meios que lhe são aplicados (FERNANDES, 2002).

No contexto do capitalismo neoliberal, observa-se que o trabalho voluntário é um componente importante do Terceiro Setor, dentro dele que a plenitude do voluntariado é alcançada; sendo importante para a consolidação da democracia e cidadania. Assim, segundo Montañó (2003), a intervenção estatal na “questão social” é financiada mediante a contribuição compulsória da sociedade, incluindo o capital.

## 2.3 DEFINIÇÕES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

O termo voluntário vem do latim *voluntariu* que de acordo com os conhecidos dicionários da língua portuguesa é a pessoa que se compromete a cumprir determinada tarefa ou função sem ter obrigação a isso e sem obtenção de receber qualquer benefício material em troca.

Lima (2004) afirma que o voluntário está presente em toda parte, em bairros, escolas, hospitais, creches, Organizações Não Governamentais (ONGs), promovendo campanhas de arrecadação de alimentos, brinquedos, remédios ou defendendo o meio ambiente. Também atua com diversos públicos (crianças, jovens, adultos e idosos, entre outros) e em várias áreas, como, educação, saúde, habitação, meio ambiente e outras.

Segundo Rezende e Albertasse (2002, p. 39):

O Trabalho Voluntário, graças também aos avanços legais, é atualmente, desenvolvido em diversas instituições atuantes em diferentes setores da área social e comunitária. Ao contrário, de alguns anos atrás, em que algumas instituições tinham receio de receberem voluntários por temerem experiências negativas e dificuldades de relacionamento.

Neste contexto, podemos perceber que o número de pessoas que realizam o trabalho voluntário tem crescido nos dias atuais. As pessoas têm percebido o quão necessário é que o ser humano doe seu tempo por uma causa, seja ela qual for. O aumento de jovens que tem contribuído com o trabalho voluntário em entidades e Associações que trabalham com crianças tem sido significativo.

Segundo conceito apresentado pela ONU (apud Domeneghetti, 2002, p. 327):

O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos.

O voluntário que dedica seu tempo em prol do trabalho voluntário não está focado no valor material que poderia receber em troca de seu trabalho, ele sabe que não haverá remuneração, mas que sempre haverá ganhos.

Segundo Miranda e Moraes (2003), o voluntariado sempre foi visto por muitos apenas como uma desresponsabilização do Governo, o que de certa maneira, ocorre por parte de entidades que ainda não compreenderam seu importante papel social de articulação da sociedade, que acabam as vezes tomando para si a transferência de responsabilidade.

Mas quando o voluntariado não utiliza desta característica, ele pode ser entendido como um grupo articulado e propositor de mudanças da conjuntura social atual, que ao invés de tomar para si responsabilidades que não o competem, buscam pela integração de direitos àqueles que de fato devem fazer.

Segundo a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, em uma das primeiras tentativas de definir o conceito de voluntariado no Brasil, em 1996:

O voluntário, como ator social e agente de transformação, presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando seu tempo e seus conhecimentos, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional (CORULLÓN; WILHEIM, 1996, p.1).

Desta forma, o voluntário é considerado como alguém que pode contribuir para a transformação pois acredita que seu trabalho irá gerar uma mudança, porém essa mudança poderá vir em longo prazo.

De acordo com Coelho (2000), identificam-se dois tipos de motivação, onde o indivíduo passa a se dedicar voluntariamente em alguma atividade. Primeiramente, identifica-se o altruísmo, onde a pessoa se sente no dever de ajudar os mais necessitados, levando-o a aderir uma importante causa social ou assumindo responsabilidades na comunidade.

Já o segundo tipo de motivação teria seu fundamento nos interesses próprios, pois a atividade voluntária pode ser vista como uma maneira de estágio formador de bons profissionais, resultado das experiências vivenciadas.

Lima (2004, p.15), aponta que voluntário motivado pelo altruísmo é entendido como a pessoa com valores de participação, de ajuda a uma causa e indignação com a realidade, que doa seu tempo de forma livre e não remunerada para a busca de soluções que levam à construção de uma sociedade mais humana e justa.

É alguém que deseja ver sua comunidade crescer, sua sociedade se desenvolver, procurando contribuir e fazer sua parte de alguma forma.

Através de sua prática, o voluntário pode se tornar alguém mais paciente, solidário e mais consciente e, além disso, também podem acima de tudo contribuir para o desenvolvimento próprio e da comunidade.

A ação voluntária pode estar relacionada a motivos religiosos, à falta de oportunidade no mercado formal de trabalho, à simples necessidade de ser solidário, ao entendimento da real precisão de ajudar aos mais carentes pela insuficiência de recursos públicos. Enfim, motivações diferentes, ora explícitas, ora implícitas, ora com alvo externo determinado, ora voltadas a si próprio, exigem um gestor atento, flexível, inovador, moderno, capaz de “enxergar” além das dimensões cotidianas (OKABAYASHI, 2007, p.16).

Conforme a definição encontrada no site “Voluntários”<sup>8</sup>, “Voluntário é o cidadão, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário”.

Voluntário é o cidadão que presta serviços sem remuneração a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de contribuir para a garantia dos direitos humanos fundamentais a seus semelhantes.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <[www.voluntarios.org.br](http://www.voluntarios.org.br)>. Acesso em: 15 nov 2012.

## 2.4 A CONFIGURAÇÃO DO VOLUNTARIADO A PARTIR DA LEI 9.608/98

Um marco importante na história do voluntariado foi a promulgação da Lei do voluntariado (em anexo), onde o trabalho voluntário passa a ser então regulamentado e legitimado, e por fim, passa a ser entendido como uma ação, diminuindo possíveis problemas trabalhistas que possam ocorrer; a Lei 9.608 foi promulgada em 18 de fevereiro de 1998<sup>9</sup>.

Segundo Pereira (2000, p. 41) o serviço voluntário não é considerado emprego, pois não gera renda para quem o presta e não torna as pessoas ativas em se tratando de economia, bem como, também, não as insere no mercado formal de trabalho, porque não se trata de trabalho economicamente apreciável.

A Lei 9.608 regula o serviço voluntário, isto é, qualquer atividade não remunerada de pessoa física em qualquer entidade pública ou privada de fins não lucrativos, além de proporcionar maior garantia às instituições de regulamentação de seus quadros de voluntários.

Segundo Domenegueti (2001, p. 52):

A lei regulamentou tudo o que se entende por trabalho voluntário no país, que pode ser definido como uma atividade não remunerada, prestada por uma pessoa física a uma entidade pública de qualquer natureza ou a uma entidade privada sem fins lucrativos, com objetivos cívicos, culturais, científicos ou de assistência social, sem vínculo empregatício e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou afins.

Todo voluntário deverá preencher o contrato de voluntariado e Termo de Adesão, conforme prescreve o art. 2º da lei 9.608, de 18/02/98, onde o voluntário só poderá exercer suas atividades mediante a assinatura do mesmo.

Esta preocupação visa assegurar às entidades a garantia de que não exista vínculo trabalhista com obrigações de natureza trabalhista ou afins.

---

<sup>9</sup> Vide Anexo A – Lei do Voluntário

Ainda, sobre o Termo de adesão (Anexo B), o autor Borges (2003, p. 38-39) discursa sobre o assunto, segundo ele:

[...] se trata de um contrato estabelecido entre organizações e voluntários. O pacto existente entre ambos deve obedecer às mesmas características do contrato: partes capazes, objetivo lícito e forma prescrita em lei. A função é documentar a procura de proponentes ao exercício voluntário com a consequente oferta de suas limitações e, de outro lado, o compromisso de uma pessoa de prestar serviços sem receber pagamento por isso [...]

A partir do momento em que o voluntário se compromete em assinar o termo de adesão, este, está firmando um compromisso e se colocando à disposição a fim de prestar determinado tipo de serviço, a certo tipo de entidade ou sociedade.

## 2.5 DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO VOLUNTÁRIO

O voluntário possui deveres e responsabilidades necessárias ao seu bom desempenho. Para demonstrar a grande profissionalização por que vêm passando o voluntariado, serão apresentados abaixo alguns de seus deveres e responsabilidades necessários para tornar esta prática positiva tanto para o voluntário quanto para a instituição.

Segundo Lima (2004, p.14) todo voluntário tem direito a:

- Desempenhar uma tarefa que o valorize e seja um desafio para ampliar e desenvolver habilidades;
- Receber apoio no trabalho que desempenha (capacitação, supervisão e avaliação técnica);
- Ter a possibilidade da integração, como voluntário, na instituição, no projeto e/ou na comunidade, onde presta serviços e ter as mesmas informações que o pessoal remunerado, além das descrições claras sobre tarefas e responsabilidades;
- Participar das decisões;
- Contar com os recursos indispensáveis para o serviço voluntário;
- Respeitar os termos acordados quanto à sua dedicação, tempo doado e não ser desrespeitado da disponibilidade assumida;
- Receber reconhecimento e estímulo;
- Ter oportunidade para o melhor aproveitamento de suas capacidades recebendo tarefas e responsabilidades de acordo com seus reconhecimentos, experiência e interesse;
- Contar com ambiente de trabalho favorável por parte do pessoal remunerado da instituição, do projeto e/ou da comunidade.

O voluntário precisa atuar com compromisso, mesmo não sendo remunerado, pois sua ausência poderá trazer prejuízos para aquele que contava com os seus serviços.

Lima (2004, p.15) também apresenta algumas responsabilidades dos voluntários, seguem abaixo:

- Conhecer a instituição e/ou a comunidade onde presta serviços, levando em conta essa realidade social e as tarefas que lhe foram atribuídas;
- Escolher cuidadosamente a área onde deseja atuar conforme suas identificações, interesses, objetivos e habilidades pessoais, garantindo um trabalho eficiente;
- Ser responsável no cumprimento dos compromissos contraídos livremente como voluntário. Só se comprometer com o que de fato puder fazer;
- Respeitar valores e crenças das pessoas com as quais se relaciona;
- Aproveitar as capacitações oferecidas de forma aberta e flexível;
- Atuar de maneira integrada e coordenada com a entidade ou projeto onde presta serviço;
- Manter os assuntos confidenciais em absoluto sigilo;
- Acolher de forma receptiva a coordenação e a supervisão de seu serviço;
- Usar de bom senso para resolver imprevistos, além de informar aos coordenadores da instituição.

O trabalho voluntário em ONG's, mais especificamente, apresenta resultados positivos quando há comprometimento por parte do voluntário e também por parte da instituição. Comprometimento e responsabilidade se remetem ao entendimento de que toda ação vem acompanhada de conhecimento, transparência e amor pelo que se faz.

O voluntário atual está engajado em ações que se preocupem com a causa social e que provoquem assim a mudança de paradigmas.

No próximo capítulo serão apresentados aspectos quanto ao trabalho voluntário realizado especificamente na ACACCI, bem como se organiza este trabalho na instituição e as interfaces que este apresenta.

### **3 A ASSOCIAÇÃO CAPIXABA CONTRA O CÂNCER INFANTIL (ACACCI)**

#### **3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO**

A Associação Capixaba contra o Câncer Infantil (ACACCI), localizada atualmente, em Jardim Camburi, em Vitória - ES, foi fundada em 15 de março de 1988 com a ajuda e mobilização dos pais de pacientes e a equipe de saúde da Unidade de Oncologia do Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória (JORNAL DA ACACCI, 2003, p.2).

Na década de 1980, o Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória (HEINSG) possuía um número bem expressivo de crianças que necessitavam de atendimento oncológico. Eram aproximadamente 100 crianças, porém, o ambiente era desumanizado, as instalações eram inadequadas e faltava ainda qualidade no atendimento prestado; o que impossibilitava os usuários de receberem um tratamento digno (ACACCI, 2007).

Vários pacientes procedentes do interior do Estado do Espírito Santo e de Estados vizinhos enfrentavam dificuldades socioeconômicas que inviabilizavam o tratamento e quaisquer possibilidades de cura.

Diversas famílias não dispunham de recursos financeiros para o custeio com hospedagem e por isso, muitas crianças ficavam internadas desnecessariamente no Hospital (JORNAL DA ACACCI, 2003, p. 2).

A história da ACACCI desabrochou da dor, da angústia e do severo drama vivenciado pelos pacientes acometidos de câncer e seus familiares (ACACCI, p. 21, 2007). Assim surge a ACACCI, uma Organização não Governamental<sup>10</sup>, sem fins lucrativos, que visa prestar apoio psicossocial, financeiro e material às crianças e adolescentes em tratamento oncológico da Unidade de Onco-Hematologia do Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória, bem como às famílias, proporcionando a participação ativa de seus familiares (JORNAL DA ACACCI, 2003, p. 2).

---

<sup>10</sup> Segundo Landin (1993), ONG não é um termo jurídico, pois essas entidades são registradas como Sociedades Cívis Sem Fins Lucrativos ou até como Fundações, esse termo ONG tem conotação política.

De acordo com Andrade (2006, p. 90):

As associações são entidades baseadas num interesse comum e que se formam a partir de contratos livremente estabelecidos. Para sua existência legal, devem ser inscritas em um cartório de registro de pessoas jurídicas, apresentando-se documentos comprobatórios da publicação do Estatuto da Entidade no Diário Oficial<sup>11</sup>, a Ata de Fundação, a relação dos diretores e dos sócios-fundadores da Entidade (art. 114 da lei de registro público – lei nº6. 015/73, apud Landin, 1993).

Desta forma, apresentamos abaixo, transcrita, na íntegra e na forma original, a Ata de Reunião da Fundação da Acacci.

#### **Ata de Reunião de Fundação da ACACCI**

*O objetivo desta Reunião em 15/03/88 é formar uma Associação de pais de crianças com CÂNCER. Fomos ao "IESP" com abaixo-assinado reivindicando ambulatório e construção de um novo ambulatório e construção de um novo ambulatório, esta construção já se iniciou. Foi feito contato com a Associação de São Paulo e pretendemos fazer o nosso Estatuto porque só com a Legalidade da Associação conseguiremos recursos. Temos visto que diante das reivindicações temos algumas vitórias. Foi lido o impresso intitulado "CARO AMIGO". Foi lido o Estatuto da Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil. Não havendo manifestação contrária. Vai ser fixada uma cópia do Estatuto na Sala de Quimioterapia para acesso de todos e mais tarde mediante recursos da "ACACCI" faremos em forma de impresso para cada sócio.*

*A reunião também tem como objetivo formar a diretoria da Associação. Solicitado manifestação da assembleia para apresentação de candidatos.*

*Manifestaram-se: Maria Auxiliadora F. de Andrade; Francisco Sales Saiter; Glicer Dável da Penha Caetano; Amel Hosn Mozine; Ailton Santana. Foi encerrada a Assembléia e os membros da diretoria se reuniram. Foi estabelecida a diretoria da seguinte maneira: Presidente: GLICER DÁVEL DA PENHA CAETANO; Vice Presidente: FRANCISCO SALES SAITER; Tesoureiro: AMEL ABOUL HOSN MOZINE; Secretária: DALVA RIGONI DE SOUZA; Conselheiros: AILTON SANTANA; MARIA AUXILIADORA FALCI DE ANDRADE; TALITA SILVA SANTOS e EDSON CAETANO DA SILVA. Redigi e lavrei esta ata em 15 de março de 1988.*

Maria do Carmo Boninsenha  
(ACACCI, 1998).

---

<sup>11</sup> Vide em anexo.

### 3.2 A MISSÃO DA ACACCI

A missão da ACACCI é promover o bem estar das famílias que vivenciam o câncer infanto-juvenil, visando estar entre as dez melhores instituições nacionais que tem como objetivo promover o bem-estar das famílias que vivenciam o câncer infanto-juvenil (ACACCI, 2007).

A ACACCI também tem como missão, organizar serviços de apoio emocional, moral, social, e educativo às crianças portadoras de doença e sua família, de modo a facilitar o tratamento, bem como buscar junto aos órgãos competentes por melhores condições de assistência e tratamento.

Desta forma, a ACACCI visa promover assim, o estudo e o esclarecimento da doença e de seu tratamento junto à sociedade civil, além de promover a implementação dos recursos necessários aos tratamentos adequados em melhores níveis de atendimento, tendo intercâmbio de experiências com associações do Brasil e exterior visando ampliar conhecimentos acerca da doença (ACACCI, 2007).

Esta missão é constantemente reafirmada em seu próprio Jornal, intitulado: “Jornal da ACACCI”, sendo divulgada, por trimestre a trajetória da instituição em suas atividades. O jornal se destina aos usuários dos serviços prestados pela ACACCI, estando sempre disponível na própria entidade.

A ACACCI reafirma de acordo com o art. 196 da Constituição Federal, que, toda a pessoa acometida de doenças tem o direito a tratamento digno, inclusive os portadores de câncer.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1998, p. 129).

Segundo Nakamura e outros autores (2009) os processos de saúde e doença são a síntese de um conjunto de determinações que acabam por resultar em vulnerabilidades cujas expressões se dão através dos processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e nas condições que tem o

indivíduo no enfrentamento das condições de saúde, ao passo que é necessário que a sociedade se mobilize buscando a qualidade de vida das populações e, por conseguinte, as necessidades diferenciadas em termos de saúde de cada indivíduo.

Assim, a instituição desenvolve atualmente diversas atividades e projetos que visam a minimização dos impactos da doença no paciente e em sua família, principalmente naqueles em que a doença intensificou a vulnerabilidade social. A concepção de todos os projetos desenvolvidos pela instituição leva a assinatura do Serviço Social (ACACCI, 2007).

A ACACCI compõe a rede de proteção social de alta complexidade, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social, oferecendo hospedagem e serviços de apoio a crianças e adolescentes em tratamento de câncer. Tudo isso dentro dos padrões exigidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e órgãos técnicos de Vigilância Sanitária (ACACCI, 2007).

Se tratando de uma instituição de acolhimento às crianças e adolescentes com câncer, é importante fazermos algumas considerações a respeito do câncer infanto-juvenil.

O câncer, de maneira geral, é o termo usado para todas as neoplasias malignas. [...] "o câncer não é um crescimento desordenado de células imaturas, mas um processo lógico coordenado, no qual uma célula normal sofre modificações e adquire capacidades especiais" (OTTO, 2010, p. 01).

A cerca do câncer infantil, atualmente, no Brasil, este têm se apresentado como a **1ª causa de morte por doença na faixa etária de 5 a 19 anos**. No entanto, se há trinta anos a chance de cura era de 15%, atualmente passa para 65%, podendo chegar a 85%, segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2008).

Segundo Alves (2010), a doença diferencia as crianças e adolescentes das demais devido ao seu aspecto crônico, seu longo período de tratamento com internações separação da família, perda das atividades educacionais e recreacionais, apresenta,

na maioria dos casos, reações de agressividade e/ou depressão, gerando traumas para toda a família e conseqüentemente em seu convívio social.

Abaixo apresentamos um quadro onde podem ser visualizadas todas as casas de apoio contra o câncer infanto-juvenil existentes em todo o Brasil:

Figura 1. Quadro de distribuição das casas de apoio em todo Brasil

<b>Distribuição das casas de apoio, segundo os Estados brasileiros.</b>		
<b>ESTADO</b>	<b>CASAS DE APOIO</b>	<b>Nº</b>
São Paulo		
Interior	8	50%
Capital	6	
Distrito Federal	1	3,5
<b>Espírito Santo</b>	<b>1</b>	<b>3,5</b>
Sergipe	2	7,3
Pernambuco	1	3,5
Minas Gerais	1	3,5
Paraná	2	7,3
Alagoas	1	3,5
Rio Grande do Norte	1	3,5
Bahia	2	7,3
Mato Grosso do Sul	1	3,5
Paraíba	1	3,5

Fonte: SILVEIRA e LIMA (2012 p .6.)

O resultado das ações da ACACCI proporcionou que a instituição (ACACCI, p. 84) ganhasse visibilidade em todos os setores da sociedade capixaba. A população começou a adquirir um conhecimento mais claro sobre o câncer infanto-juvenil e seus rebatimentos, sobre a existência da instituição e sobre os seus projetos para oferecer aos pacientes e familiares condições de assistência e tratamentos dignos.

### 3.3 A ACACCI E SEUS PROJETOS SOCIAIS

Visando descrever suas ações, a ACACCI criou alguns projetos, tais como:

O Projeto Casa da Família, o Projeto Prover, o Projeto Recrearte, o Projeto Convivendo com Arte, o Projeto Classe Hospitalar, o Apoio ao Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória, o Projeto Capacitação de Adolescente: Capacitação do adolescente para o mercado de trabalho, o Projeto Gerar- Incentivos a grupos produtivos e empreendimentos individuais, o Projeto bem querer e o Projeto Bem me quer.

O Projeto Casa da Família presta serviços relativos à hospedagem, tendo capacidade para hospedar até 30 famílias, oferecendo cinco refeições diárias, transporte, lazer, oficinas de artes manuais, aulas de música e língua estrangeira, atendimento pedagógico e passeios, entre outros, para as crianças/adolescentes e acompanhantes procedentes de outros municípios do estado e de estados circunvizinhos, em tratamento ambulatorial para câncer (ACACCI, 2007).

A ACACCI instituiu o Projeto Prover, que presta assistência material e financeira às famílias em situação de vulnerabilidade social para aquisição de medicamentos, fraldas descartáveis, alimentação, transporte, cestas básicas, auxílio funeral entre outras necessidades. Não basta apenas oferecer o tratamento, é preciso garantir a possibilidade de cura. (ACACCI, 2007).

O Projeto Recrearte surgiu na instituição em 1994, tendo como objetivo principal minimizar o impacto provocado pela doença e pelo tratamento, por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas regulares junto às crianças e adolescentes com câncer, na enfermaria de Oncologia do HINSG, no Ambulatório de Onco-hematologia e na Casa da Família (ACACCI, 2007).

A recreação se faz imprescindível, como forma de recuperar a alegria de viver intrínseca à criança, uma vez que a ludicidade não deve ser interrompida pelo tratamento.

O Projeto Recrearte abrange várias atividades, como sessões de cinema para os pacientes hospedados na Casa da Família e diversos eventos voltados para as

crianças e adolescentes assistidos, como as festas comemorativas (carnaval, Páscoa, Festa Junina, Dia das crianças e Natal), festa de aniversário e passeios (ACACCI, 2007).

O câncer infanto juvenil exige tratamentos longos e internações frequentes, o que ocasiona grandes mudanças na rotina dos pacientes e de suas famílias. Algumas vezes, a mãe, sendo responsável parcial ou total pela renda familiar, precisa abandonar o emprego para assumir os cuidados com o filho doente. Com o principal objetivo de minimizar o impacto psicossocial e econômico provocados na família da criança/adolescente com câncer, é que foi criado o Projeto Convivendo com Arte, sendo iniciado em 1994 (ACACCI, 2007).

O Projeto Convivendo com Arte é voltado para as mães e acompanhantes de pacientes, fortalecendo a renda familiar, por meio da promoção de oficinas de trabalhos manuais diários, junto às mães e/ou acompanhantes de crianças/adolescentes com câncer (ACACCI, 2007).

As oficinas são realizadas de segunda a sexta-feira na sede da ACACCI e são desenvolvidas por voluntários da instituição que possuem alguma habilidade artística ou manual.

A ACACCI também desenvolve o Projeto Classe Hospitalar, que objetiva oferecer acompanhamento pedagógico às crianças e adolescentes em tratamento no HEINSG, com atendimentos na Classe Hospitalar e nas enfermarias para àquelas crianças/adolescentes impossibilitados de se deslocar para a sala de aula, respeitando o currículo escolar de cada criança.

Este Projeto também visa realizar o apoio pedagógico às crianças internadas e hospedadas no Núcleo da Casa da Família<sup>12</sup>, buscando amenizar a evasão, o déficit

---

<sup>12</sup> A Casa da Família divide-se em dois espaços distintos: a área privativa, que compreende os quartos, e as áreas comuns, utilizadas por todos os hóspedes, abrangem a recepção, refeitório, lavanderia, cozinha semi-industrial e capela. Há ainda, a área comum, denominada espaço de recreação, cultura e apoio pedagógico, ambiente composto pela brinquedoteca, sala de música, biblioteca, sala de TV e sala de atividades pedagógicas. A Casa da Família destina-se às crianças e adolescentes hospedados e seus acompanhantes, bem como também aos programas de educação continuada de voluntários e funcionários da ACACCI (ACACCI, 2007).

escolar e manter, assim, o vínculo da criança com a escola de origem (ACACCI, 2007).

O apoio ao Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória (HEINSG) subsidia financeiramente a Unidade de Onco-Hematologia, para o desenvolvimento de ações que possam beneficiar a criança/adolescente em tratamento bem como à sua família; capacita recursos humanos para o atendimento da criança/adolescente com câncer e sua família, buscando a integração social do usuário e qualidade dos serviços prestados (ACACCI, 2007).

O Censo do ano 2000 do Terceiro Setor, publicado em Janeiro de 2001, nos revela um dado bastante surpreendente. Entre 1997 e 1999 o número de voluntários no Brasil teve um aumento de 73,3%. Verifica-se um significativo aumento da procura por atividades voluntárias nas instituições de terceiro Setor (SPALDING, 2001).

Assim, também acontece com a ACACCI, onde maior parte das atividades da instituição é desenvolvida por voluntários.

Até presente data, os dados mostram que a instituição conta com 270 voluntários. Este número representa um aumento expressivo no número de voluntários da instituição, já que de acordo com registros de relatórios do ano de 2009, o número de voluntários da instituição era de aproximadamente 250 voluntários, no total.

A ACACCI mantém um Programa de Educação Continuada, por meio do qual realiza as seguintes ações com os voluntários da instituição: triagem e recrutamento de novos voluntários; reuniões de acompanhamento mensal e curso de capacitação para voluntários (ACACCI, 2007).

O Projeto “Capacitação de Adolescente: Capacitação do Adolescente para o Mercado de Trabalho” é um dos mais novos projetos desenvolvidos pela instituição. Em parceria direta com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), este projeto visa à capacitação profissional de adolescentes e jovens socialmente vulneráveis, contribuindo significativamente para a inclusão no mercado de trabalho. O público beneficiário é formado por pacientes curados ou em final de tratamento e seus familiares e filhos de funcionários da ACACCI (ACACCI, 2007).

O “Projeto Gerar- Incentivo a Grupos Produtivos e Empreendimentos Individuais”, visa promover a inclusão social e econômica das mães/acompanhantes das crianças e adolescentes com câncer, contribuindo para a qualificação profissional e criando alternativas de geração de renda, através do incentivo a empreendimentos individuais e organização de grupos produtivos (ACACCI, 2007).

Pensando em capacitar profissionais de saúde da atenção básica de todo o estado do Espírito Santo para o diagnóstico precoce do câncer em crianças e adolescentes, foi criado o Projeto “Bem Querer - diagnóstico precoce e cuidados adequados a crianças e adolescentes com câncer”, visando reduzir o tempo entre o aparecimento de sinais e sintomas e o início do tratamento no serviço especializado, favorecendo assim o aumento das chances de cura. Além disso, é uma ferramenta importante para os profissionais de saúde da atenção básica no acompanhamento adequado dos pacientes na sua área de abrangência (ACACCI, 2007).

Porém, a abordagem muito mais focada neste objetivo levou os profissionais de saúde a um distanciamento das práticas de cuidados e bem estar do paciente e de seus familiares e cuidadores. Esta conduta acaba gerando dificuldades para a assistência adequada ao paciente fora de possibilidades terapêuticas, quando esgotadas todas as tentativas para o combate a sua doença e a necessidade de adoção de medidas paliativas para o controle dos sintomas, inclusive dor, e melhoria e qualidade de vida (ACACCI, 2007).

O Projeto “Bem Querer”, visa oferecer uma assistência sistemática e articulada com todos os atores envolvidos: Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória, Núcleo de Trabalho em Onco-Hematologia, Rede de Atenção Primária à Saúde, Centros de Referência de Especialidades, Prefeituras Municipais, familiares, ONGs, entre outros.

As ações sociais desenvolvidas pela ACACCI foram apresentadas individualmente, mas são contínuas, articuladas, operacionalizadas e, regularmente avaliadas, de modo a garantir a qualidade no tratamento completo aos pacientes e familiares e, com isso amenizar a agressividade do tratamento sofrido pelas crianças e adolescentes envolvidos no processo. Essas são desenvolvidas por profissionais do

HEINSG, da ACACCI e por voluntários capacitados. São ditos capacitados, pois, participam de um processo de Capacitação de voluntários oferecida pela ACACCI (ACACCI, 2007).

Esta Capacitação acontece uma vez no período de três semanas, e é preciso que o (a) candidato (a) participe de pelo menos dois destes módulos para dar prosseguimento às outras etapas, que são entrevista ao candidato e assinatura do termo de compromisso do voluntariado, previsto em Lei na Constituição Federal- Lei 9.608 de 18 de Fevereiro de 1998, onde afirma que para atuar como voluntário de qualquer instituição, pública ou privada é preciso a celebração de termo de adesão.

Sendo assim, tendo participado de todos os módulos, é agendada entrevista com o (a) candidato (a), de modo a conhecer suas ansiedades e disponibilidades, bem como suas limitações (se houver) para com o trabalho voluntário e também a adesão do termo de voluntário, os quais são monitorados continuamente (ACACCI, 2007).

### 3.4 A ACACCI E DIRETRIZES POLÍTICAS

No que concerne à área temática da Instituição, a princípio, o foco voltava-se apenas para a área da Assistência, com os projetos Prover, Casa da Família, Convivendo Com Arte, Recrearte e Voluntariado.

Ao avaliar os diversos projetos realizados pela ACACCI, tornou-se necessário organizar suas ações de forma a reestruturá-las também para a área da saúde e da educação.

No que tange a área da saúde, a ACACCI desenvolve os seguintes projetos: Bem me Quer, Diagnóstico Precoce e Bem Querere, já na área da educação seu principal projeto é o Projeto Classe Hospitalar, que é diretamente voltado para a educação, e se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

## Da Educação Especial-Art. 58:

§ 1º- Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

A ACACCI atua conforme preconizam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que colocam a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que inclui a ACACCI no modelo de alta complexidade, uma vez que funciona como abrigo temporário para famílias, contribui para o fortalecimento de laços familiares e a convivência comunitária.

Com ações sociais protetivas aos seus usuários, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD), garante:

Art.4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993, veio consolidar a assistência social como direito, ao definir as seguintes diretrizes: descentralização político-administrativa, municipalização, comando único, controle social e participação popular, conforme consta no artigo 5º:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1993).

Visando facilitar o acesso as melhores condições de tratamento, os portadores de câncer podem recorrer ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, e o

trabalhador que tiver um dependente com câncer pode retirar o FGTS e o PIS, procurando a Caixa Econômica Federal e apresentar os documentos necessários para a realização do saque.

O Projeto Prover auxilia nesta instância dando as informações necessárias e apoio no que a família precisar.

Segundo informações encontradas no site da ACACCI<sup>13</sup> (acesso em 11 de out. 2012), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), garante um salário mínimo mensal ao portador de deficiência incapacitado para o trabalho e sua vida independente. Nota-se que a Lei é bem clara quando se refere ao paciente incapacitado para o trabalho e sua vida independente. Portanto, nem todos fazem juz a esse benefício.

Para consegui-lo, é necessário que a família comprove a impossibilidade de manter o doente, não esteja vinculada a nenhum regime de previdência social e não receba benefício de espécie alguma. Atendendo a todos os critérios, o próximo passo é procurar uma agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), munido de Laudo Médico e alguns documentos pessoais solicitados pelo órgão (ACACCI, acesso em 11 de out. 2012).

Vale ressaltar, que não se trata de uma aposentadoria e sim de um benefício que será revisto a cada dois anos para avaliar as condições em que se encontra o paciente e comprovar a permanência das condições de quando concedido o benefício (ACACCI, acesso em 11 de out. 2012).

Portanto, toda pessoa com deficiência, através de um laudo, tem direito ao benefício, onde tem que preencher requisitos baseado na renda familiar. Neste aspecto, o HEINSG juntamente com a equipe do Serviço Social apoia a família para garantir este direito.

---

<sup>13</sup> [www.acacci.org.br](http://www.acacci.org.br)

Percebe-se através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) a obrigação de dar prioridade e garantia ao atendimento à criança e o adolescente, pois em seu artigo 11 salienta que:

É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1990).

A ACACCI também possui os títulos de Utilidade Pública Municipal<sup>14</sup> em 13/09/88, através da Lei 463/88; Utilidade Pública Estadual em 14/05/90, através da Lei 4437/90; Utilidade Pública Federal em 17/12/2002 de acordo com a portaria 2276 e recebeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social sob o nº 0068/2004, processo nº 44006.001521/2003-51.

De acordo com os princípios e as diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD), as ações realizadas pela ACACCI se direcionam no sentido de garantir o atendimento de crianças e adolescentes em tratamento oncológico no Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória (HEISNG) e apoiar suas respectivas famílias, sobretudo àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social intensificada a partir da instalação da doença no seu meio.

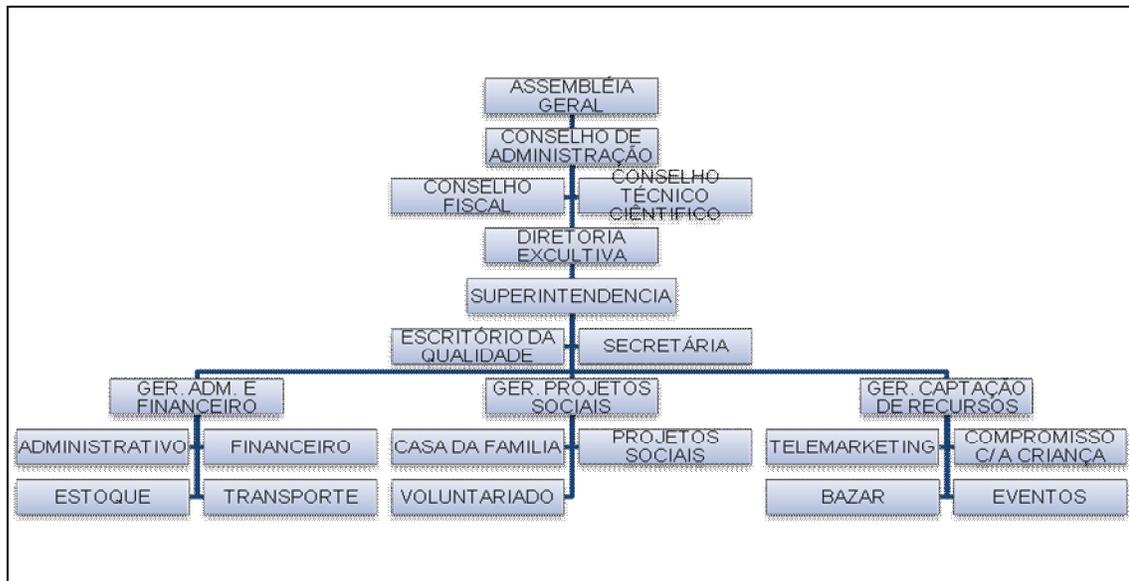
Por esse motivo, o profissionalismo sempre norteou as ações da ACACCI. A instituição reestruturou a sua gestão e passou a ser administrada por instâncias formadas por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Científico e Diretoria, entre outros.

Para ilustrar as instâncias pela qual a ACACCI é dividida, apresentaremos abaixo o organograma da Instituição, sendo este, apresentado por cargos e hierarquias:

---

<sup>14</sup> A Declaração de Utilidade Pública é o reconhecimento pelo Poder Público, de que uma entidade civil presta serviços, de acordo com o seu objetivo social, de interesse para toda a coletividade. O pedido de concessão da Declaração de Utilidade Pública deve ser feito nas três esferas do Poder Público: federal, estadual e municipal. A obtenção da Declaração de Utilidade Pública é requisito para a concessão do Certificado de Entidade com Fins Filantrópicos.

**Figura 2- Organograma da ACACCI**



**Fonte: Manual da Qualidade da ACACCI, 2011.**

Conforme o Estatuto da Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil, a Assembléia Geral constitui-se pelo Conselho de Administração, pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e por todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, e se reúne ordinariamente em uma vez por ano sempre no mês de março, exceto nos anos em que ocorrem as eleições, quando se reúne também em maio, para esta finalidade e, extraordinariamente a qualquer momento quando é convocada (ACACCI, 2009).

Todas as decisões, respeitando-se a competência da Assembléia, são aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes à Assembleia, sendo vedado o voto por representação, devendo todas as decisões ser registradas em livro ATA.

A associação é dirigida e orientada pelos órgãos: Assembléia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Técnico-Científico. À Assembléia Geral Ordinária compete eleger o Conselho de Administração que, em ato contínuo, definirá a composição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; Discutir e resolver assuntos de interesse da Associação, respeitando-se a competência exclusiva dos demais órgãos constituídos (ACACCI, 2009).

O Conselho Fiscal pode convocar a Assembléia Geral extraordinária nos casos de aprovação das demonstrações contábeis, balanços ou em casos de prevaricação e malversação do patrimônio da Associação.

O Conselho de Administração é órgão de orientação e deliberação superior. São treze pessoas de notória capacidade e reconhecida idoneidade moral, divididas assim:

Dois membros natos indicados pelos sócios fundadores e efetivos e eleitos na Assembleia Geral Ordinária, por maioria simples.

Dois membros representantes de Órgãos Públicos, a saber: Saúde, Assistência Social, Justiça, Educação e outros (ACACCI, 2009).

Um representante dos funcionários da ACACCI a ser eleito por seus pares, desde que tenha mais de dois anos na ocupação do seu cargo junto a ACACCI, sendo conhecedor do mecanismo de gestão.

Seis representantes eleitos dentre os membros ou associados, a saber: representantes de empresas parceiras, voluntários ativos, doadores expressivos; Dois membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, ligados à área de saúde, assistência social, educação jurídica, econômica ou contábil (ACACCI, 2009).

O Conselho Administrativo se reúne a cada mês, ou sempre que há a necessidade de ser convocado por seu presidente ou por solicitação de 1/3 de seus membros, ou por solicitação de metade dos associados da ACACCI.

Cabe ao Conselho deliberar sobre as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias da ACACCI, orientando a diretoria no cumprimento de suas atribuições; Avaliar e aprovar os termos de contratos de gestão; Eleger o seu Presidente; Estabelecer as diretrizes do plano de auditoria interna, aprová-lo e modificá-lo a qualquer tempo; Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da Associação com auxílio da auditoria externa e acompanhar e avaliar periodicamente o desempenho da ACACCI (ACACCI, 2009).

A Diretoria Executiva da ACACCI é administrada por uma diretoria composta de quatro membros, com os seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor de Assuntos Técnicos, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações Institucionais (ACACCI, 2009).

Os diretores são aprovados e designados pelo Conselho de Administração, por indicação do Presidente.

Desta forma, compete a Diretoria cumprir e fazer cumprir o estatuto, o Regimento Interno, bem como as deliberações das Assembleias Gerais; zelar pelo Patrimônio e por todos os interesses atinentes a ACACCI; apreciar o relatório anual das atividades do exercício anterior e apresentar ao Conselho de Administração; Deliberar sobre a aquisição de bens móveis; executar as decisões do Conselho de Administração; aprovar após a análise da Coordenação de Projetos Sociais o cadastro de Entidades pleiteantes de benefícios para as crianças e adolescentes; publicar e fazer circular o balanço anual, com devida aprovação Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária (ACACCI, 2009).

A Diretoria se reúne pelo menos 02 (duas) vezes por mês, com quorum mínimo de 02 membros, devendo todas as decisões e relatos constar em Ata.

Ao presidente compete convocar, elaborar pauta e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembleias, resolvendo incidentes que porventura surgirem, Representar a ACACCI ativa e passivamente em juízo ou fora dele; Cumprir e fazer cumprir este estatuto, resolvendo os casos urgentes ou omissos da Diretoria (ACACCI, 2009).

O Conselho Fiscal é o Órgão fiscalizador da Associação. É composto por três titulares e três suplentes, eleitos junto com a Diretoria, pelo Conselho de Administração (ACACCI, 2009).

Ao Conselho Fiscal compete examinar as despesas da diretoria e especialmente o balanço contábil de todo o ano, emitindo o parecer a respeito; Convocar Assembleia Geral Extraordinária, caso haja necessidade e para os fins especificados no estatuto; Solicitar à Diretoria Executiva, auditoria externa, quando necessário (ACACCI, 2009).

O Conselho Fiscal se reúne mensalmente em sessões ordinárias e extraordinariamente, quando convocado pelo Conselho de Administração.

O Conselho Técnico-Científico é um órgão constituído por profissionais da assistência social, saúde e educação, de nível superior, escolhidos pelo Conselho de Administração.

Compete a este Conselho examinar e aprovar os projetos de Ação, pesquisa e de Ensino a serem desenvolvidos diretamente ou com apoio da ACACCI; Monitorar e avaliar a execução dos projetos e programas em desenvolvimento; Avaliar, quanto a aspectos éticos e técnicos as atividades de ensino, pesquisa e assistência da ACACCI ou que tenham o seu apoio; Controlar e aprovar o conteúdo dos textos e artigos científicos veiculados nos diversos meios de comunicação e publicidade (ACACCI, 2009).

O Conselho Técnico-Científico se reúne trimestralmente em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pelo Conselho de Administração.

Conforme o Estatuto da Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil, Art. 47 e Art.48:

Art.47 Os Conselheiros, Diretores e Associados fundadores, beneméritos ou efetivos não receberão nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Art. 48 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e emergencialmente pelo presidente com ratificação posterior do Conselho de Administração (ACACCI, 2009).

A coordenação da instituição é realizada conforme as informações apresentadas no organograma. Dentro desse corpo técnico conta-se com a presença de gerentes que são responsáveis por área e dentro dessa área eles têm a função de planejar e alcançar metas que visem à melhoria das ações desenvolvidas pela instituição.

As ações são distribuídas conforme o organograma, ficando a cargo dos gerentes, juntamente com a superintendência, orientar a suas equipes para a execução das atividades planejadas (ACACCI, 2007).

A ACACCI enfrenta diversas expressões da questão social. O reconhecimento destas como objeto de intervenção, demanda uma atuação profissional em uma

perspectiva totalizante, baseada nos determinantes socioeconômicos das desigualdades sociais.

A vulnerabilidade é uma destas expressões, onde as famílias se encontram em estado de extrema pobreza e são marcadas pela fome e pela miséria. O ambiente familiar, para muitas destas famílias, representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade. Grande parte destas famílias vive em situação de risco social, fome, miséria, desemprego, dentre outras (ACACCI, 2007).

No intuito de contribuir para a melhoria do tratamento à criança com câncer e promover recursos para que suas famílias enfrentem os problemas sociais que surgem a partir do diagnóstico, a ACACCI buscou elaborar meios de obter recursos conduzidos ao financiamento de cada projeto.

Não existe um projeto específico relacionado à captação de recursos e sim ações que desenvolvem esse objetivo. Desta forma, o Serviço Social na ACACCI, atua de forma interdisciplinar e realizando uma interface entre as atividades realizadas, como as empresas e instituições parceiras do Selo Social “Compromisso com a Criança”.

[...] o selo Compromisso com a Criança possibilita à ACACCI a captação sistemática de recursos para viabilizar as suas ações. E oferecer às empresas a oportunidade de exercerem a responsabilidade social empresarial, agregando valor e retorno para a sua marca (ACACCI, 2007, p. 92).

Enfim, a empresa pode optar por utilizar o selo da forma mais adequada em relação ao seu perfil, produtos ou serviços, criando outras formas de aplicação do selo, se comprometendo com o pagamento de uma cota mensal que pode ser efetivada em dinheiro ou em produtos ou serviços.

### 3.5 OS MECANISMOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A ACACCI criou vários mecanismos de captação de recursos, como: Doador Fixo, Telemarketing, Eventos, Bazar, Arrecadação na Campanha Mc Dia Feliz, Doações esporádicas, entre outras. E a cada um são destinados ao Financiamento de um projeto que a mesma possui. Isto fica bastante claro, quando nos remetemos a suas demonstrações, mais especificamente a Demonstração do Superávit ou Déficit (ACACCI, 2007).

O Doador Fixo é considerado aquele que se compromete a doar mensalmente, um ou mais tipos de alimentos, gêneros de limpeza ou valor em dinheiro para os projetos de Assistência à Criança e a Família e de Núcleo de Apoio.

A ACACCI também conta com o apoio de uma equipe de Telemarketing, instalada na própria instituição, onde as arrecadações são feitas por operadores através de ligações telefônicas a pessoas da Grande Vitória (ACACCI, 2007).

Os Eventos que acontecem frequentemente na instituição também é um mecanismo de captação de recursos, pois a renda arrecadada nas festas, desfiles, chás, lançamentos de livros, leilões, etc., promovidos pela Associação ou por terceiros, é aplicada em todos os projetos da ACACCI.

A Campanha Mc Dia Feliz, realizada anualmente, é uma das mais importantes fontes de captação. O valor arrecadado é sempre destinado a um projeto relevante da Associação.

Veio também da ACACCI a ideia de instalar nas dependências do HEISNG e também em sua sede, um Bazar. O Bazar instalado no HEISNG acontece semanalmente às terças-feiras para comercialização de roupas, adornos e objetos a preços mais baixos que o normal. Já o Bazar instalado na sede da ACACCI funciona diariamente. Além de gerar renda, é uma oportunidade para que as pessoas de baixa renda tenham acesso a produtos que, embora usados, estão em perfeito estado de conservação (ACACCI, 2007).

A ACACCI também é beneficiada com doações esporádicas, segundo informações disponíveis no site da instituição:

[...] onde o estabelecimento de parcerias envolvendo o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil, que associadas ao desenvolvimento de novas formas de solidariedade e noções de cidadania, têm mudado o perfil da assistência social no Brasil<sup>15</sup>.

Quanto à caracterização da população atendida, o Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória (HEINSG), atende crianças e adolescentes que estão em tratamento oncológico. O HEINSG faz o atendimento público a esses pacientes, e é classificado como referência em atendimento infantil no Estado do Espírito Santo.

Anualmente, são realizadas 6.700 consultas oncológicas<sup>16</sup>. Pacientes do Sul da Bahia, Leste de Minas Gerais e Norte do Rio de Janeiro são encaminhados para tratamento devido à proximidade. Conseqüentemente, a ACACCI atende famílias de várias realidades sociais, culturais e econômicas.

Os pacientes tem idade entre 0 a 18 anos, do sexo masculino e feminino, residentes na região da Grande Vitória, Interior do Estado do Espírito Santo, Sul da Bahia, Leste de Minas Gerais, Norte do Rio de Janeiro (ACACCI, 2007).

Alguns destes pacientes pertencem a famílias em situação de pobreza absoluta com diversos problemas sociais pré-existentes à doença que se intensificaram a partir de sua instalação.

Este acompanhamento constante exige a saída de um dos pais/responsáveis do emprego, ocasionando o aumento do absenteísmo e desemprego devido à baixa produtividade demonstrada tanto pelas faltas ao trabalho para acompanhar e cuidar de seu filho doente quanto pelo abalo emocional e, ainda o aumento do absenteísmo e desemprego dos que estavam em atividade, pela necessidade de cuidar dos

---

<sup>15</sup> ACACCI. Disponível em < <http://www.acacci.org.br/acacci/sustentabilidade.php>>. Acesso em 10 dez 2012.

<sup>16</sup> FORNAZIER, Alessandra. Disponível em <<http://www.es.gov.br/Noticias/153055/hospital-infantil-de-vitoria-completa-80-anos-nesta-quartafeira-15.htm>> acesso em 17 set 2012.

outros filhos que se encontravam em casa, significando queda no orçamento familiar.

A ACACCI possui alguns critérios de Inclusão em seus Programas ou Projetos, como ter entre 0 a 18 anos (salvo algumas exceções); ser paciente do Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória; ter em seu diagnóstico o quadro Oncológico ou Hematológico e passar pela entrevista social.

Muitos são os desafios que a ACACCI enfrenta para se desenvolver. É preciso sempre organizar-se, perseverar diante as dificuldades que se apresentam, lidar com a impotência perante os dramas da doença, aprender a dividir as conquistas, ampliar a participação de novos atores, aceitar as críticas e enfrentar de frente os desafios da profissionalização.

A todo instante surgem novos desafios, que devem ser enfrentados com determinação e humildade, de modo que a ACACCI não perca a direção de suas ações. E, com sabedoria, reconheça que o projeto mais sólido e consistente é aquele construído coletivamente (ACACCI, 2007, p. 174).

A ACACCI entende, porém, que não cabe a uma instituição filantrópica substituir o Estado na prestação de seus deveres constitucionais, mas que pode e tem contribuído para complementar as ações do poder público, ajudando no enfrentamento da doença e na busca da cura (ACACCI, 2007, p.174).

Dagnino (2002) também afirma que existe uma relação de complementaridade entre as ONGs e o Estado, pois no processo de necessidade de qualificação, as ONGs acabam ocupando o espaço do Estado, que passa a transferir suas atividades para as ONGs e assim se derresponsabiliza das ações e do processo de garantia de direitos.

Assim, pode-se inferir que a ACACCI também tem participado desse processo de despolitização, porém, tem trabalhado em busca da garantia e efetivação dos direitos de seus usuários.

#### 4 O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ACACCI

Neste capítulo, serão abordados temas acerca do voluntariado nos seus mais variados aspectos. Primeiramente, será feita uma discussão sobre o surgimento do trabalho voluntário na ACACCI e como se dá o processo de capacitação de voluntários, além de demonstrar as principais áreas de atuação deste voluntário na Instituição.

Esta seção também se dedica a retomar a discussão a respeito do voluntariado na atual conjuntura, com o objetivo de trazer uma análise das contradições relacionadas a esta atividade.

Faremos uma relação do trabalho voluntário realizado na ACACCI com a lei nº 9.608/98- Lei do voluntariado, correlacionando este mesmo tema com diversos assuntos, como: cidadania, transformação social e as relações de trabalho decorrente do próprio sistema capitalista.

Apresentaremos também os resultados obtidos através da coleta de dados, realizada por meio de entrevistas. Para tal, foram entrevistados três (03) voluntários atuantes em diversos setores da instituição e cinco (05) acompanhantes dos pacientes hospedados na ACACCI. Os participantes foram abordados neste estudo em relação às contribuições e desafios da atuação do trabalho voluntário, bem como os resultados observados para o tratamento do paciente.

Com uma rota natural de sua consolidação e da reconhecida atuação em favor das crianças com câncer e suas famílias, a Instituição vai em busca da profissionalização de suas ações. Seu espaço físico foi crescendo a fim de dar maiores possibilidades de realização do trabalho, promovendo o bem estar das famílias que vivenciam o câncer infanto- juvenil. É o que relembra a Entrevistada 6, voluntária na Instituição desde a primeira década de sua fundação:

*“... a ACACCI tinha 11 anos de fundação. Nós tínhamos só aquela casinha, e aí a gente foi aumentando, e infelizmente o número de crianças também foi aumentando, e o atendimento sempre foi aumentando, e a gente sentiu a necessidade de crescer mais, dar mais condição.”*

#### 4.1 O SURGIMENTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ACACCI

Identificamos, através de documentos institucionais, que ACACCI conta atualmente com de 270 voluntários, atuando intensamente nas atividades cotidianas da Instituição; pode-se considerar que, apesar de ter suas raízes firmadas no voluntariado, o trabalho voluntário na ACACCI teve o seu marco zero no dia 30 de novembro de 1995, com a realização do primeiro curso de Capacitação para Voluntários, organizado pelo Serviço Social do então Setor de Oncologia do Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória (ACACCI, p. 83).

Desta forma, o Serviço Social do setor de oncologia entendeu que o voluntariado, além de boa vontade e desprendimento, deve possuir uma melhor compreensão dos diversos aspectos que envolvem a doença e seu tratamento. Sugeriu, então, à ACACCI, a adoção desse evento, o que foi acatado pela entidade. (ACACCI, p.84).

Segundo informações cedidas pela Instituição, (ACACCI, p.84) o curso de capacitação para voluntários é uma das ações que a mesma passou a oferecer de forma sistematizada e periódica, tendo como objetivo possibilitar às pessoas interessadas em trabalhar na área, conhecimentos básicos acerca dos aspectos biopsicossociais das crianças portadoras de câncer e seus familiares.

Observamos que ao passo que atualmente existam profissionais qualificados que exercem o trabalho voluntário na ACACCI, ainda hoje também existem aqueles que não buscam se qualificar, mantendo apenas uma relação de caridade com as instituições, sendo um processo longo e complicado de desconstrução desse tipo de conceito.

Acerca desta reflexão, lamamoto (2002, p.45) afirma que a passagem do voluntariado ao exercício da cidadania requer capacitação teórica e formação política estimuladora de uma cultura pública democrática.

#### 4.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO VOLUNTÁRIO NA ACACCI

Na ACACCI existem diversos locais para a atuação de voluntários, eles desempenham diversas funções na instituição, como: diretoria, recreação, oficinas de artes, bazar, apoio à Casa da família (eletricista, motorista), triagem de doações, administração e entre outras diversas atividades, que vão desde a ação direta com os pacientes e seus responsáveis até as tarefas de cunho administrativo.

Observamos que essas pessoas na maioria das vezes não esperam ter vínculos empregatícios com salários e carga horária definida, não buscam o trabalho voluntário como forma de suprir suas necessidades financeiras. A maioria destes voluntários já têm suas profissões definidas; são médicos, dentistas, advogados, comerciantes e empresários, aposentados, entre outros. A relação de troca entre o trabalho voluntário e instituição é o prazer e satisfação que recebem ao realizar o trabalho voluntário.

O entrevistado 5, acompanhante de paciente, confirma esta afirmação, no momento em que apresenta que a instituição conta com um grande número de voluntários:

*“... (risos) virou, mexeu, tem um voluntário. Acho que o número de voluntários ainda é maior que de funcionários...” Entrevistado 5.*

Observa-se a partir desta afirmativa, a presença da precarização do trabalho em contexto neoliberal, segundo Iamamoto (2002, apud ANDRADE, 2006, p. 131), o incentivo ao trabalho voluntário envolve uma desqualificação e desprofissionalização no que diz respeito às expressões da questão social, com repercussões nas diversas áreas profissionais que passam a sofrer a concorrência do trabalho gratuito. É esta uma das formas encontradas pelas instituições para diminuir custos e compor suas ações.

Através da pesquisa realizada com os acompanhantes dos pacientes hospedados na ACACCI, pode-se concluir através de suas falas, que grande parte dos entrevistados sabe em quais setores estão inseridos os voluntários na instituição. Para reafirmar esta informação foram demonstradas as falas abaixo:

*“... Na brinquedoteca, na cozinha, na administração, no ‘Convivendo com Arte’, no bazar, em outros setores que se a gente for falar, são muitos... na área de lazer, às vezes os voluntários vêm à noite e fazem um culto com a gente (...).” Entrevistado 1.*

*“... Olha, nós temos voluntários na cozinha, nós temos voluntários na oficina de Convivendo com Arte, nós temos voluntários na brinquedoteca... temos voluntários na área espiritual, porque é muito importante. Nós temos voluntários na limpeza. Nós temos voluntários na Direção, no administrativo, que nós sabemos que tem pessoas que vêm aqui doar o trabalho delas... Então, em todos os níveis aqui dentro, você tem voluntários.” Entrevistado 4*

Um ponto importante a ser destacado é o reconhecimento de uma das acompanhantes de paciente, em relação ao cargo da diretoria não ser remunerada, visto que a diretoria é parte integrante do organograma da instituição e normalmente causa a impressão de que esses cargos são remunerados, mas cabe aqui esclarecer que cargos de diretoria, presidência e conselho fiscal não são remunerados na instituição, também fazem parte do quadro de voluntariado da entidade.

*“... Convivendo com Arte, Brinquedoteca, na parte de eventos, no setor da cozinha, às vezes quando tem necessidade de festas, e no bazar e eu creio que também na parte da diretoria tem muitos voluntários também, que algumas pessoas não conhecem, mas tem muitos voluntários na parte da diretoria e tem também os passeios...” Entrevistado 2.*

No Projeto Convivendo com Artes, os voluntários com algumas habilidades manuais desenvolvem oficinas de artesanatos junto às mães e/ou acompanhantes de pacientes hospedados na Casa da Família. Desta forma, apresentam suas contribuições no momento em que disponibilizam parte do seu tempo para ensinar diversas técnicas de artesanatos.

Observamos que para as mães que acompanham os pacientes, este aprendizado pode contribuir em muitos aspectos, pois neste momento de suas vidas, o artesanato se apresenta muitas das vezes como uma opção de renda para suas famílias, já que normalmente esses acompanhantes precisam abandonar seus empregos para acompanhar o tratamento do paciente.

No entanto, os trabalhos manuais também podem funcionar como terapia. A prática do artesanato desvia o foco desta mãe em relação ao tratamento do paciente e

proporciona momentos de alegria e distração. Porém, muitas das vezes este tipo de trabalho é considerado como uma medida paliativa, mas é desta forma que esta mãe tem melhores condições para enfrentar o longo período do tratamento.

*“... Eu acho que a ACACCI apresenta um mundo muito mais bonito para essas crianças e pra essas mães. As mães que chegam aqui não sabem pregar um botão, vê no artesanato e se descobre no artesanato opções de renda. Então eu acho que as contribuições aqui são muito legais”.*  
**(Entrevistado 8, voluntária da ACACCI).**

O Setor de Eventos , segundo o Manual de Voluntários da ACACCI (2009, p.22) é responsável por todos os eventos da entidade, como as Festas infantis comemorativas que são destinadas às crianças, adolescentes e familiares atendidos pela ACACCI. A equipe de Eventos, junto com os voluntários, é responsável também por organizar e participar de todos os eventos externos nos quais a ACACCI é convidada a participar, visando assim, angariar fundos para a instituição.

A instituição também conta com um bazar no HEINSG, onde é realizado uma vez por semana. Este bazar é organizado por voluntários e colaboradores da ACACCI. Há também o bazar fixo, instalado na sede da Associação, com peças novas e seminovas e diversos produtos da marca ACACCI. Neste setor, o voluntário realiza trabalho de triagem e é responsável por organizar as estantes para venda das peças antes de iniciar o trabalho, de forma que proporcione o acesso do público ao bazar.

O voluntário na ACACCI também está inserido no processo de Triagem de doações, onde organizam toda a doação recebida (exceto alimentos) para a venda dos itens nos bazares. (ACACCI, 2009).

Na administração, os voluntários auxiliam os colaboradores na realização de pesquisas de preço e elaboração de orçamentos para o setor de suprimentos da instituição.

Com o objetivo de defender a causa do câncer infante juvenil, é que se deu início à realização do Mc Dia Feliz no Estado do Espírito Santo, a partir de 1991, onde foi

constituído outro fator importante para a prática do voluntariado na ACACCI, além de funcionar como uma espécie de certificação a atestar a credibilidade da instituição.

É interessante destacar que o principal alvo do Mc Donald's são as crianças. Segundo informações contidas no site Vida Vegetariana<sup>17</sup>, esta multinacional se utiliza da imagem de um palhaço (Palhaço Ronald), de caixinhas coloridas com brinquedos e diversas propagandas que atraem a atenção das crianças. Desta forma, muitas empresas, inclusive o Mc Donald's se utilizam desta estratégia de marketing não somente para reverter parte do seu lucro a entidades como a ACACCI, mas também para alienar a sociedade em relação à sua postura no mercado.

Em alguns casos, notamos que quem financia a solidariedade está preocupado com retorno, doar é um instrumento de poder. Notamos que o Estado incentiva essa prática através do abatimento de impostos dessas empresas: A solidariedade se tornou um negócio.

#### 4.3 O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DO VOLUNTÁRIO NA ACACCI

A questão da capacitação é intensamente realizada pela ACACCI no intuito de qualificar o voluntariado na execução de suas diversas ações dentro da Instituição, bem como manter uma relação de convivência.

A ACACCI acredita que a realização de reuniões mensais seja um impulsionador para a permanência do voluntário na entidade (MIRANDA e MORAES, 2003, p. 63). O processo de capacitação de voluntários na ACACCI possui três etapas. Na primeira delas são feitas as inscrições através do cadastro no site da instituição<sup>18</sup> e por telefone.

---

<sup>17</sup>Vida Vegetariana. Disponível em: <<http://www.vidavegetariana.com/site/especiais.php?page=especiais/mc-donalds/boicote>>. Acesso em 15 nov. 2012.

<sup>18</sup> ACACCI. [www.acacci.org.br](http://www.acacci.org.br)

A capacitação se faz por meio de um curso, que deverá ser montado com a finalidade de instruir os pré-voluntários, tanto na área filosófica (histórico da instituição, explicações sobre o Terceiro Setor, perfil do voluntário, direitos e deveres), como na área técnica (transmitidas por meio de palestras ministradas pelos profissionais dos setores que solicitaram as ações voluntárias), para que sejam efetivamente treinados para assumirem suas funções (DOMENEGHETTI, 2001, p. 165).

Ainda conforme Domeneghetti (2001), quando o voluntário chega à fase da capacitação significa que ele já se encontra afinado com a causa da entidade, demonstrando assim seu propósito em somar esforços.

Todavia, Miranda e Moraes (2003) destacam que é necessário ir além de um processo de capacitação, no sentido de preparar este voluntário para a execução de suas atividades. Cabe à instituição incentivar o engajamento político deste voluntário, para que este não se coloque como mero executor de atividades dentro da instituição e não fortaleça, com isso, a manipulação do Estado. É preciso que ele se coloque como sujeito crítico e participativo, atuante na proposição de mudanças da atual conjuntura político-social.

A segunda fase do treinamento para o início de atividade voluntária na ACACCI passou a ser realizada em quatro módulos, durante dois meses consecutivos, quando eram discutidos assuntos pertinentes à instituição, ao câncer infantil e à importância do voluntariado.

Nesse estágio, era necessário que o candidato participasse de, no mínimo, 75% da capacitação, ou seja, deveria estar presentes em pelo menos três módulos.

Atualmente, esta capacitação de voluntários passou por algumas mudanças. Ao invés da realização de quatro módulos, são realizados apenas três módulos, onde também é exigida a participação do candidato em 75% do curso, ou seja, é necessário que ele participe de pelo menos dois módulos do curso.

Num segundo momento, os que cumprem a carga horária necessária no treinamento passam por entrevistas individuais realizadas pela Assessoria de Voluntários (ACACCI, 2007, p.155).

Após a realização desta entrevista, os participantes optam por atividades em grupos de trabalho segundo a sua aptidão.

Assim, ao fim desse processo, o voluntário é monitorado por meio de um livro de registros presente em todos os projetos/setores, que deve ser preenchido diariamente, após o desenvolvimento da atividade. A carga horária do voluntário na ACACCI é considerada flexível (ACACCI, 2007, p.156).

Traçando o perfil do candidato, busca-se aliar a necessidade da instituição com a satisfação do voluntário. Isto feito, o candidato preenche um cadastro a ser arquivado e assina um Termo de Compromisso com a instituição, sendo este último, estabelecido pelo art. 2º da Lei do voluntariado.

**Art. 2** O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objetivo e as condições de seu exercício.

Mensalmente, o Grupo de voluntários reúne-se para apuração das eventuais dificuldades encontradas durante as atividades. Mas é no dia a dia e na realização cotidiana das atividades que a ACACCI e seu quadro de voluntários fortalecem a parceria firmada (ACACCI, 2007, p.156).

Observamos ainda, que nem sempre é possível aliar esta necessidade de satisfação entre instituição e o voluntário. Já que a falta de compromisso de alguns voluntários dificulta esse processo. Sendo assim, a entrevistada 6 afirma em sua fala que:

*“... O comprometimento é o desafio maior. Porque não adianta nada você falar: ‘Eu sou voluntária’... mas não sou comprometida com a causa”.*

Coelho (2000) aponta que várias pessoas após exercerem por um determinado período ações voluntárias, entram na justiça trabalhista contra a entidade, alegando não receberem os salários devidos. Com isso, refletimos se é possível que este indivíduo tenha o desejo de receber salário para realizar tal atividade.

Este aspecto nos instigou analisarmos sobre quais seriam as motivações para a realização do trabalho voluntário.

#### 4.4 MOTIVAÇÕES PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ACACCI

Ao analisar os motivos que mobilizam em direção ao trabalho voluntário, (descritos com maiores detalhes a seguir), reafirmam-se, entre outros, dois componentes fundamentais: o de cunho pessoal, a doação de tempo e esforço como resposta a uma inquietação interior que é levada à prática, e o social, a tomada de consciência dos problemas ao se enfrentar com a realidade, o que leva à luta por um ideal ou ao comprometimento com uma causa.

Não se deve esquecer, contudo, o potencial transformador que essas atitudes representam para o crescimento interior do próprio indivíduo.

*“... Eu acho que a pessoa que não faz um trabalho voluntário é vazia. Eu acho que o trabalho voluntário preenche todas as necessidades da gente de tristeza”. (Entrevistada 6, voluntária da ACACCI).*

Sabe-se que o início da prática do voluntariado foi caracterizado pelo assistencialismo e a caridade e marcado pelas ações de cunho religioso.

Apesar de hoje ganharem visibilidade na sociedade civil, percebemos que grande parte das pessoas que realizam o trabalho voluntário ainda se sustenta nesses fundamentos. Este fato foi constatado durante a fala de alguns dos entrevistados.

*“... Eu sempre gostei de trabalhar com as pessoas carentes... sempre”. (Entrevistada 6, voluntária da ACACCI).*

Segundo Barbosa (2005), estas ações de cunho assistencialista aos mais necessitados não é algo recente na sociedade. Elas sempre estiveram presentes na sociedade brasileira. Até o século XIX as ações de assistência social privada tiveram

um modelo caritativo, inspirado em valores religiosos. Por esse motivo constatamos que a prática voluntária hoje sofre a forte influência da ação filantrópica.

Os motivos religiosos também foram considerados relevantes para a prática do voluntariado atual e também foi destacado por alguns voluntários na ACACCI. Com isso, Hudson (1999) afirma que as ações de caridade coincidem com o crescimento das organizações religiosas. Segundo ele, isto pode se afirmar devido a forte relação da igreja no início do voluntariado, por isso, encontramos atualmente o forte incentivo da prática voluntário por parte das igrejas.

*“... Eu sou voluntária há muitos anos... Na verdade, desde que frequentava a Igreja. As Igrejas sempre tem trabalho de ação social”. (Entrevistada 8, voluntária da ACACCI).*

A partir da mínima intervenção do Estado, a sociedade civil passou a organizar-se em busca da garantia dos direitos dos cidadãos. Os investimentos com o social, políticas públicas e a expansão dos direitos sociais deixaram de ser prioridade a partir do conceito neoliberal. O voluntariado é então engajado à participação social.

Segundo Miranda e Moraes (2003), partir deste momento, o voluntário passa a ser visto de forma semi-positiva, sendo muitas das vezes e ainda, visto por muitos, como uma desresponsabilização do Governo. O que de fato acontece por parte de entidades que ainda não entenderam seu importante papel de articulação na sociedade e acabam tomando para si a transferência de responsabilidade.

Entretanto, quando o voluntariado não utiliza deste caráter, ele pode ser compreendido como um grupo articulado e propositor de mudanças da conjuntura social atual. Ele tem consciência das responsabilidades que a ele não competem, e reivindica a integração de direitos àqueles que de fato devem fazer.

Isso se confirma através da fala de uma voluntária da instituição que por certo tem esse entendimento, a entrevistada 7:

*“... Olha, se você oferece alguma coisa, você pode cobrar alguma coisa, então quando você faz o trabalho voluntário, você dá conta desse trabalho... Você também está exercendo um direito, um direito de fazer... Você tem o*

*direito de cobrar. Então, eu acho que você exercendo a sua cidadania, você está se colocando no lugar de ator de uma história, e você tem o direito de cobrar dos governantes, atitude e políticas públicas de qualidade. O voluntário tem uma arma na mão dele, que se ele soubesse explorar, muita coisa melhora, muita coisa”.*

Segundo Lima (2004), esse “direito de cobrar” se dá pelo princípio de participação social, e não só esperar para exercer a cidadania como cobrança de direitos, mas com os deveres que se tem para todos e com si próprio. A cidadania depende da ação de cada sujeito na sociedade. Nesta mesma linha de pensamento, insere-se a concepção de “um mundo melhor”, pontuada por alguns voluntários abaixo:

*“Se todo mundo fizesse um pouquinho desse trabalho voluntário, o mundo seria muito melhor se todas as pessoas se dedicassem, porque ser voluntário não dói”. Entrevistado 7.*

*“... Então na hora que você tem um contexto de cidadania, você pensa num mundo melhor não somente pra você, eu penso num mundo melhor que seja uma sociedade mais harmônica, mais justa, onde as pessoas tenham mais oportunidades, sejam mais semelhantes”. Entrevistado 8. (grifos nossos).*

Esta concepção não deve ser vista como uma única proposta de transformação social, ela se constitui em promover cidadania e estimular o desenvolvimento de uma sociedade participativa e a prática de valores mais humanos.

Segundo Covre (2003), a cidadania é a capacidade dos indivíduos exercerem direitos e deveres, é ter responsabilidades em conjunto pela coletividade. Trata-se de um direito que precisa então, ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo assim o papel de todos os homens no Universo.

*“... O se doar do voluntariado, ele parte do princípio de cidadania, onde você acredita que você está colaborando com aquilo que te faz bem, porque isso te faz bem e também porque você pensa no coletivo. Então na hora que você tem a ideia da coletividade, é um exercício de cidadania”. (Entrevistada 8, voluntária da ACACCI).*

Ainda a respeito do voluntariado, pode-se afirmar que existem dois tipos de motivações que levam o indivíduo a realizar o trabalho voluntário:

O primeiro é o altruísmo, que ocorre quando a pessoa se sente compelida a ajudar os mais necessitados e que estão em piores condições de vida, levando-o a aderir em uma importante causa social ou a assumir suas responsabilidades com a comunidade; já o segundo, seria fundamentado em interesses próprios, uma vez que a atividade voluntária pode ser vista como uma espécie de estágio formador de bons profissionais, dadas às experiências vivenciadas que agregam ao profissional. (MIRANDA e MORAES, apud COELHO, 2003, p.43).

Observamos o sentimento de altruísmo por parte de alguns voluntários. Esta foi uma das motivações mais importantes em nossas amostras.

*“... Você se realiza muito mais do que você oferece, você recebe muito mais”. (Entrevistada 7, voluntária da ACACCI).*

Quanto à razão de motivação do trabalho voluntário fundamentada em interesses próprios também é notória nos dias atuais e também na ACACCI. É importante lembrarmos que o Estado a todo o momento se utiliza desta satisfação pessoal dos que se disponibilizam a realizar o trabalho voluntário como uma forma de mobilização da sociedade. As pessoas muitas das vezes buscam o voluntariado como forma de interesse, almejando alcançar ganhos pessoais e até mesmo o aumento da autoestima, buscando promover um sentimento de realização e minimizar momentos de depressão.

*“... E tem ganhos pessoais. Você olha o mundo com outros olhos, valorizar mais a sua família, saber ouvir mais, então a gente dá até uma mudada no temperamento, fica menos impetuoso, você se sensibiliza com essa situação”. Entrevistada 8.*

Ao tratarmos de questões profissionais, o voluntariado traz consigo diversas experiências que são valorizadas pelo mercado. A partir deste contexto, aumenta-se o interesse de alguns voluntários em enriquecer seu currículo nas ações práticas referentes ao seu campo de trabalho.

Atualmente, essas experiências tem sido de grande valor para o mercado de trabalho, onde tem se valorizado muito a prática voluntária. Este tipo de trabalho é visto pelas empresas como algo enriquecedor, além de estimular o uso de habilidades e a criação de soluções de problemas, visando o coletivo.

*“... Então na hora que você vai cadastrar um currículo no site e pergunta: sua experiência no voluntariado? Isso é rico demais, porque grandes especialistas dizem assim: olha, se você faz isso de graça, o que você não faria se recebesse por isso? E realmente, na hora que você tem a prática do trabalho voluntário, você é uma pessoa mais aberta para executar atividades que são da sua função diretamente; existe um ganho muito grande no mercado de trabalho com relação ao voluntariado...”*  
**Entrevistada 8.**

Segundo o site “Portal do Espírito”:

Também é normal que pessoas realizem alguma atividade “socialmente útil”, como forma de retribuir à sociedade todo o conhecimento e experiências adquiridas ao longo da vida, ou apenas para ter uma ocupação do seu tempo livre, às vezes produto inclusive da situação de desemprego. Outro forte motivo alegado é a necessidade interior de fazer o bem, uma satisfação íntima pelo prazer de servir, estar bem consigo mesmo, beneficiando o outro, dando de si, sem esperar nada em troca<sup>19</sup>.

Um dos entrevistados relatou que em determinado momento de sua vida sentiu a necessidade de fazer o bem a alguém. Segundo a voluntária entrevistada, foi um momento difícil, pois havia perdido seu neto. Porém, encontrou forças para a realização do trabalho voluntário.

*“... Mesmo com a sensação de que eu não estava viva, mas eu podia mudar para melhor a vida de alguém e isso me fez muito bem, isso me fez não sucumbir”.* **Entrevistado 7.**

Desta forma, pode-se afirmar que são os motivos que levam as pessoas a realizarem algum tipo de trabalho voluntário, ainda são características que podem ser encontradas no ser humano. Ainda existem muitas pessoas dispostas a contribuir voluntariamente.

<sup>19</sup> PORTAL DO ESPÍRITO. Disponível em: < <http://www.espirito.org.br/portal/artigos/diversos/assistencia/o-trabalho-voluntario.html>>. Acesso em 10 dez 2012.

Amplia-se então, novos atores para a prática do voluntariado: são jovens, idosos, empresários, e muitos outros setores da sociedade.

#### 4.5 A FORÇA DO VOLUNTARIADO NA ACACCI

Percebemos a força que o trabalho voluntário exerce na ACACCI através da concepção dos acompanhantes de pacientes. Foi possível perceber, que todos possuem o mesmo olhar a respeito do que vem a ser o trabalho voluntário, em especial na ACACCI, e o que ele neste espaço. Alguns mencionaram, inclusive, que os voluntários são parte fundamental na ACACCI. Para a grande maioria destes acompanhantes, os voluntários são pessoas que disponibilizam parte de seu tempo e/ou que doam seu tempo para estarem ali com as crianças, como segue descrito abaixo:

*“... Doam seu tempo pra estar aqui, porque são poucas as pessoas que reconhecem isso. Tem muita gente que reclama ‘Ah, eu não tenho tempo’, mas as pessoas que vem aqui vêm de coração... eles se doam por inteiro, pela vida deles (das crianças), não pela situação que eles estão”.*

**Entrevistado 1.**

*“... Eu acho que é uma pessoa que se doa. Ele vem aqui, faz o curso de capacitação e ele doa o tempo dele para nós, para o meu filho, para os filhos de outras mães que ficam aqui”.*

**Entrevistado 2.**

*“... Pra mim, o trabalho voluntário é o que faz tudo isso acontecer. Eu acho que o trabalho voluntário é muito importante, muito importante”.*

**Entrevistado 5.**

Neste mesmo âmbito, o voluntário também foi visto como sendo um ato de amor, ou pelo fato de exercerem uma atividade e não receberem por isso, ou também pelo fato de dedicarem seu tempo em prol de suas vidas e de seus filhos.

*“... Eu acredito que a pessoa que se coloca a disposição, a estar ajudando outras pessoas sem estar recebendo nada por isso, é um verdadeiro ato de amor mesmo ao próximo. Eu tenho o trabalho voluntário como isso: um ato de amor”.*

**Entrevistado 3.**

Uma crítica observada é que os voluntários em alguns momentos ocupam um espaço para essas mães, que na maioria das vezes a própria instituição não consegue alcançar. Pois, segundo elas, a ACACCI gera renda e supri os benefícios

necessários ao tratamento do paciente, porém, é o voluntário que contribui no sentido de dar carinho e alegrar o dia das crianças.

*“... Eu sei, e é muito importante para nós. Se não fosse os voluntários, muitas coisas que são feitas pras nossas crianças, sem o voluntário não funcionaria tão bem como a ACACCI se propõe a fazer. A ACACCI, ela gera renda, ela faz uma porção de coisas... Então pra nós, é muito importante o voluntário”.* **Entrevistado 4.**

*“... A ACACCI supre todas as necessidades, mas parte do carinho, de tá conversando, de tá ouvindo, os voluntários têm feito isso como nunca, muito bom trabalho”.* **Entrevistada 5.**

Como foi discutido no capítulo anterior, nos últimos anos, em todo o país, verifica-se um significativo aumento da procura por atividades voluntárias nas instituições do Terceiro Setor.

Segundo dados apresentados pela Revista Filantropia (2012), a pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência, destaca que um em cada quatro brasileiros com mais de 16 anos, ou seja, cerca de 35 milhões de pessoas, realizam ou já realizaram algum trabalho voluntário. Esta pesquisa nos mostra a evolução do movimento do voluntariado atualmente.

Devido a esta evolução do voluntariado, as Organizações Não Governamentais (ONG's) vêm buscando a profissionalização de suas atividades, principalmente com os grupos de voluntários que, na maioria das vezes, são os executores diretos de suas ações. Essa estratégia vem possibilitando que as instituições ganhem mais visibilidade e respeitabilidade em suas ações.

Assim também acontece com a ACACCI. Segundo informações retiradas no livro da própria instituição (ACACCI, p.155), observou-se que a instituição é muito procurada por pessoas interessadas em se colocar à disposição para de alguma forma ajudar ao próximo. As demandas surgem das mais diferentes classes sociais e a ACACCI fechou o mês de junho de 2009 com 258 voluntários e atualmente conta com 270 voluntários que desenvolvem os mais diversos trabalhos junto ao público-alvo da Associação.

A implantação do trabalho voluntário não só agrega valores importantes à organização como um todo, mas também agrega valores à sociedade, que recebem em troca cidadãos mais conscientes com valores internos mais verdadeiros solidificados. Famílias se reciclam através de novos conceitos, como solidariedade e cidadania (DOMENEGHETTI, 2001, p. 106).

Desta forma, a Assessoria de Voluntários da entidade vem se preocupando em fortalecer o grupo e oferecer o apoio necessário para o suporte às ações desenvolvidas. Para isso, reformulou toda a estrutura de Capacitação para Novos Voluntários e monitoramento de suas atividades.

#### 4.6 AS CONTRIBUIÇÕES DA ACACCI PARA OS PACIENTES HOSPEDADOS

A ACACCI através de suas ações visa minimizar os impactos da doença no paciente e em sua família, principalmente naqueles em que a doença intensificou a vulnerabilidade social, reafirmando de acordo com o art. 196 da Constituição Federal, que, toda a pessoa acometida de doenças tem o direito a tratamento digno, inclusive os portadores de câncer.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, Constituição, 1998, p. 129).

Entretanto, com o objetivo de identificarmos quais as contribuições da ACACCI para o tratamento do paciente, verificou-se que a maioria dos acompanhantes destes pacientes afirmou que a ACACCI contribui em vários aspectos para o tratamento de seus filhos.

*“... Em primeiro lugar: se não fosse a ACACCI a gente não teria onde ficar. Outra coisa que eles oferecem pra gente é carinho, amor, dedicação e tudo o que a gente precisa até então eu não tenho nada do que reclamar. Então eles oferecem pra gente apoio, uma coisa que não falta, se a gente precisar sair qualquer hora da noite com o paciente eles fornecem pra gente o carro, não tem cara feia, tudo o que a gente pede eles fazem o máximo possível para atender ao paciente, as vontades do paciente porque isso é importante para eles...” Entrevistado 1.*

*“... Não existe nem papel e nem caneta no mundo pra você descrever o que representa na vida do meu filho e na minha vida.” Entrevistado 2.*

Observamos diversas contribuições trazidas pela ACACCI para o tratamento do paciente que podem ser destacadas através das falas de algumas das mães acompanhantes. O que nos permite compreender o importante papel que a instituição exerce na vida dessas famílias.

*“... A ACACCI representa na minha vida tudo. Porque no momento mais difícil da minha vida foi quando eu encontrei ela (...) então na minha vida ela é tudo. Entrevistada 2.*

Os voluntários também reconhecem as várias contribuições que a instituição traz não só para o paciente, mas para suas famílias. Um dos voluntários entrevistados relata que:

*“... Enquanto ACACCI, eu vejo que a nossa contribuição é: na saúde, é psicológico, porque a gente convive com outros que estão na mesma situação, então o paciente passa a ver que ele não está sozinho; é emocional na hora que ele tem o acolhimento que ele precisa, é financeiro na hora que existem alguns suportes de auxílio material, é espiritual, na hora que a gente tem um serviço de capelania. E é cultural, porque essas crianças que são muito do interior, são realmente de zonas rurais, de assentamentos, são lugares que não têm cinema, que não têm show, que é {gleebrasil.com/} uma realidade muito longe deles. Então eles veem isso {gauchaopina.blogspot.com/} aqui no universo da ACACCI, eles passam a conhecer isso também, e é uma forma de humanizar esse tratamento...” . Entrevistada 8.*

A maioria dos acompanhantes dos pacientes destacou que uma das maiores contribuições da ACACCI para o tratamento do paciente é relacionada à hospedagem oferecida. Para confirmar estas afirmações, citaremos abaixo algumas falas importantes destas acompanhantes.

*“... Porque eu não tenho ninguém aqui em Vitória, meu filho precisou sempre fazer o tratamento dele, em 2005 ele iniciou, e a gente tinha que vir para a quimioterapia, às vezes o carro me deixava para trás, então se não existisse a Instituição eu não sei o que seria da vida do meu filho, e não da minha, mas sim da vida dele. Então, no momento mais difícil da minha vida, ela me abraçou, acolheu eu e o meu filho, não só nós porque existem outras crianças de outros estados, tem criança de Minas que já veio prá cá, da Bahia, então, a gente pode ver que ela não é só do Espírito Santo, mas sim de muitos lugares que atende criança”. Entrevistado 2.*

*“... A contribuição é a hospedagem que eles fornecem... O transporte... Que eles tem o transporte que leva e trás a criança pra cá, o material de cama e banho: lençol, toalha de banho, são tudo fornecido pela ACACCI e eu acho que sem esses benefícios seria quase que impossível a gente seguir o tratamento em diante, então é bem importante o que eles tem a oferecer pra gente”. Entrevistado 3.*

Observamos por este motivo a importância do Projeto Casa da Família, desenvolvido pela ACACCI, que oferece hospedagem aos pacientes e suas famílias. Muitas destas famílias não têm onde ficar durante o tratamento, que é longo e exige muita energia das mães que acompanham o paciente.

Outros pontos apresentados pelas mães acompanhantes no aspecto de serem contribuições para os pacientes são os benefícios que recebem na casa, como por exemplo, as cestas básicas, fraldas descartáveis, leites, medicamentos, produtos de necessidades pessoais, entre outros.

*“... Tem pacientes que usam fraldas descartáveis, muitas vezes o hospital não tem, mas a ACACCI tá lá com a fralda descartável. Então há muitos benefícios de ter a ACACCI com a gente”. Entrevistada 4.*

*“... Eu recebi todo tipo de ajuda, medicação, eu recebi fralda, leite, cesta básica, móveis, roupa e kits de higiene e limpeza. Eu recebi todo tipo de ajuda, não sei se tem mais alguma coisa que podem fazer ainda (risos e emoção), acho que já recebi tudo e que já deram de tudo. Então, assim... não tem mais muita coisa”. Entrevistada 5.*

#### 4.7 AS CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O TRATAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE HOSPEDADA NA ACACCI

Uma das maiores contribuições observadas durante a pesquisa em relação ao tratamento da criança hospedada na ACACCI, é a recreação. O voluntário inserido no setor da recreação desenvolve atividades lúdicas que contribuem para a melhora da autoestima da criança e minimiza a angústia, o medo, tanto dos pacientes quanto das famílias. O brincar ajuda a criança a enfrentar o sofrimento imposto pela doença.

Os acompanhantes que foram entrevistados relataram que os voluntários contribuem proporcionando momentos de alegria a essas crianças e adolescentes, pois o tratamento muitas das vezes entristece o paciente, os deixa deprimidos.

*“... Eles fazem com que as crianças se sintam felizes. Elas vêm com todo o carinho para atender as crianças, para brincar”.* **Entrevistado 1.**

*“... Igual nesse domingo mesmo teve uma equipe que veio, brincou com eles, minha filha tava deprimida, ela ficou alegrinha depois, então eu acho muito importante essa convivência que eles têm com esses voluntários que vem pra, na verdade, trazer alegria pra eles, porque é isso que eles fazem”.* **Entrevistado 3.**

*“... Então muitas crianças saem de ônibus, vão para o hospital e chegam ‘derrubadas’, aí encontram um voluntário pra brincar, pra entregar um brinquedo, pra fazer uma pintura”.* **Entrevistada 6.**

Nesta perspectiva, as atividades lúdicas entram como forma de um cuidado diferenciado que realmente traz mudanças perceptíveis na vida da criança, as quais foram supracitadas pelas mães em suas falas.

Para Souza e outros (2003) o ato de cuidar pode envolver diferentes aspectos da personalidade e necessidades do cuidador, aspectos que determinam o tipo de trabalho e o local onde vai exercitar sua solidariedade. Porém, neste sentido, destacamos que é importante destacar que o voluntário deve estar ciente das dificuldades de ordem emocional e social que a enfermidade, mais especificamente, o câncer, acarreta tanto para o paciente quanto para a família.

Segundo Enumo e Motta (2004), a hospitalização pode afetar o desenvolvimento da criança, interferindo na qualidade de vida. Visando minimizar os efeitos causados pelo tratamento, o brincar tem funcionado como estratégia principal de enfrentamento do câncer infantil.

O câncer, por ser uma doença crônica, expõe a criança a situações estressantes. De acordo com Eiser (1992): a criança com doença crônica pode encontrar dificuldades e obstáculos na sua vida social e familiar, como por exemplo, a restrição do convívio social, ausências escolares frequentes e aumento da angústia e tensões familiares. Muitas vezes as crianças em tratamento são privadas de atividades como brincar. Esta é uma situação que não fazia parte de suas vidas antes.

Desta forma, considera-se que o brincar é importante tanto no processo de cura quanto de educação da criança, sendo parte integrante do processo de promoção da inclusão e da transformação social.

O brincar como direito está previsto no Art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD):

“IV- brincar, praticar esportes e divertir-se”.

Brincar é uma expressão do direito de viver, por que brincar é uma forma de viver, de afirmar a vida.

A Declaração dos Direitos Da Criança (1959) também afirma em seus princípios:

4º. – direito à alimentação, **recreação** e assistência médica adequada.

7º. – a criança terá ampla oportunidade para **brincar e divertir-se**.

[...]; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

Segundo Camargo (2000), o universo do cuidar é mais abrangente do que o do curar. Podemos não curar sempre uma criança com câncer, mas sempre poderemos cuidar de uma criança com câncer e diminuir seu sofrimento.

O cuidar do voluntário para com o paciente durante as oficinas de recreação é papel fundamental, onde Boff (1999) reafirma a importância do cuidado holístico à criança, sempre observando o cuidado biopsicossocial.

*“... Porque eu acho assim, quando você abraça uma mãe que está chorando porque recebeu um diagnóstico de câncer com o seu filho, você está se dando apoio pra aquela mãe naquele momento, Quando você enxuga o rosto de uma mãe que acabou de perder um filho você está dizendo a dor dela, você está dizendo pra ela: você não está sozinha... “E só faz isso quem tem um amor enorme pra dar, quem é solidário”.*

**Entrevistado 7.**

Ainda, Segundo Boff (1999, p 33):

(...) zelamos pelas relações de amizade com os vizinhos e de calor com os hóspedes. Desvelamo-nos para que a casa seja um lugar de bem querença

deixando saudade quando partimos e despertando alegrias quando voltamos. ...isso pertence à atitude do cuidado material, pessoal, social, ecológico e espiritual da casa.

No que diz respeito à compaixão, Boff (2000, p.35) afirma que esta é um comportamento imediato. É um sentimento que começa diretamente com a visão do sofrimento de outros.

Dentro desse âmbito, Silva e Leite (2004) relatam que cuidar é uma questão de compromisso, pois o cuidado requer conhecimento sobre o outro ser, precisando que o cuidador seja capaz de entender as necessidades do outro e de responder a elas de forma adequada, confiando na habilidade que o outro possui para crescer e se realizar à sua maneira e ritmo.

Nesta mesma perspectiva, Boff (1999) diz que cuidar é mais que um ato, é uma atitude de ocupação, de responsabilização de envolvimento afetivo com o outro.

Segundo o entrevistado 1:

*“...O trabalho voluntário contribui muito, principalmente com a mente deles, fazer eles (crianças e adolescentes) esquecerem o problema que eles tem. Uma criança da idade do Marcos Paulo, de 4 anos, não sabe entender ainda, mas, pra eles, é tudo...”*

Outra contribuição importante é em relação ao acolhimento que é oferecido pelo voluntário, no momento em que dedica seu tempo muitas das vezes apenas para ouvir o desabafo de uma mãe ou de um paciente.

*“... Às vezes eu to precisando de uma palavra, ou o voluntário, ou o funcionário recebe a gente aqui e fala uma coisa que às vezes a gente ganha o mundo com aquilo”. Entrevistada 2.*

#### 4.8 O TRABALHO VOLUNTÁRIO COMO EXPERIÊNCIA DE TRABALHO

Contudo, inferimos que o trabalho voluntário não apresenta somente contribuições em suas ações e o Estado não pode ser visto em todo o momento num processo de “satanização”, conforme afirma Dagnino (2004).

Nota-se que as pessoas que se disponibilizam a realizar um trabalho voluntário geralmente estão em busca de executar uma atividade sem vínculo empregatício. Há os que se realizam no trabalho voluntário justamente por este não remetê-lo a uma obrigação de trabalho formal, com ordens expressas e relação patrão-empregado. Torna-se uma relação de convivência e solidariedade não pelo dinheiro em forma de salário, mas sim com fatores de relações sociais e de dedicação.

Segundo Netto e Braz (2008), a força de trabalho de cada indivíduo é diferente, é diferente também a natureza do trabalho realizado. Desta forma, o trabalho assalariado possui naturezas diferentes do trabalho voluntário.

*“... A gente se realiza não financeiramente, porque aqui você se doa como pessoa (...)”.* **(Entrevistado 6, voluntária da ACACCI).**

Um dos entrevistados afirmou que a falta de comprometimento tem sido um dos maiores desafios para o aperfeiçoamento da prática do voluntariado.

Devido ao trabalho voluntário não ser remunerado, muitos pensam que não é necessário ter compromisso, que podem faltar sem informar à instituição o motivo. Por este motivo é que foi criada a Lei nº 9.608/98- Lei do Voluntário, visando pautar a relação entre voluntário e instituição.

*“... O comprometimento é o desafio maior. Porque não adianta nada você falar: Eu sou voluntária, mas não sou comprometida com a causa. Então eu acho que o maior desafio do voluntário é o comprometimento com aquilo que se propõe a fazer, você tem que estar comprometido, se não, não adianta, o seu voluntariado vai por água abaixo porque você não está comprometida. Porque tem muita gente que fala assim: Ah, eu vou participar disso, participar daquilo... vem uma vez, aí na outra não vem, aí some... Eu acho que a dificuldade toda, em todas as instituições, em todos os setores é o comprometimento do voluntário”.* **(Entrevistado 5, voluntário da ACACCI).**

Segundo declaração do entrevistado 8, o voluntariado passa por muitos desafios, não basta ter apenas boa vontade. O maior desafio é estar articulado com políticas públicas, no momento em que estas são minimizadas pelo Estado, além de romper com as perspectivas da prática caritativa.

*“... O maior objetivo do voluntariado hoje é ir pra além de ser bonzinho pra sociedade”. (Entrevistado 8, voluntário da ACACCI).*

Outro desafio de grande impacto na sociedade são as contradições apresentadas pelas propostas neoliberais. O Estado participa minimamente na intervenção da questão social e há uma ampliação do Terceiro Setor.

A partir de 1988, a saúde é estabelecida pelo Estado como um direito de todos. Porém, esta questão não tem sido prioridade do governo, contribuindo para a diminuição de investimentos neste setor.

Desta forma, tanto a ACACCI enquanto entidade da Sociedade Civil, quanto os voluntários atuantes desta instituição enfrentam o desafio de responder às necessidades e responsabilidades que o Estado por sua vez deixou de responder. A ACACCI objetiva oferecer meios para garantir a efetivação dos direitos sociais principalmente no que se refere ao tratamento do câncer infanto-juvenil.

*“... ONG, essas coisas todas tem que ter voluntário, porque a sociedade tem que estar aqui, de mãos dadas. A gente só consegue fazer uma comunidade perfeita se a gente estiver de mãos dadas, todo mundo unido, e aí uma união que eu acho de extrema importância é o voluntariado”.  
Entrevistado 1.*

Segundo Miranda e Moraes (2003), o voluntário muitas das vezes não percebe seu potencial de luta para uma mudança da sociedade posta. O desafio posto a este voluntário é de visualizar um lado político do voluntariado, indo de encontro às propostas neoliberais.

*“... Eu não acho também que o voluntariado tem que carregar o mundo nas costas”.* **Entrevistada 8.**

Apesar das contradições apresentadas, quando foi perguntado aos voluntários atuantes sobre como tem sido para ele realizar este trabalho na ACACCI, alguns voluntários relataram que têm um sentimento de gratificação ao realizar este trabalho.

*“... A experiência tem sido muito positiva, porque eu percebo o quanto eu cresci (...)”.* **Entrevistado 7.**

*“... Ah! Eu me sinto muito gratificada”.* **Entrevistado 8.**

A motivação é considerada algo comum ao ser humano. Atualmente, a realização do voluntariado tem sido vista pela sociedade como algo mais natural, por conta do seu avançado crescimento. Percebeu-se através da pesquisa que na maioria dos casos, familiares e amigos enxergam como normal a prática do voluntariado.

Apesar disso, Domeneghetti (2001) vem afirmar que “os sentimentos impulsionam todas as tarefas humanas”, porém, analisamos que os sentimentos encontrados em cada voluntário não são suficientes para superar as dificuldades encontradas, seja na ACACCI ou em qualquer outra instituição em que ele esteja engajado.

Desta forma, nem sempre o voluntário significa a solução para os problemas. Aliás, o problema não se encontra no trabalho voluntário em si, mas na forma em que essas ações se efetivam na atual conjuntura capitalista e neoliberal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso nos trouxe um universo conhecido, mas pouco explorado em suas várias expressões durante a trajetória acadêmica. Este trabalho nos trouxe uma gama de informações e reflexões acerca do Terceiro Setor.

Foi na perspectiva de explorar, conhecer e contribuir que optamos por pesquisar o trabalho voluntário inserido no terceiro setor, mais especificamente em uma ONG referência no tratamento e apoio a crianças e adolescentes acometidas com câncer, a Associação Capixaba contra o Câncer infantil (ACACCI).

Entendemos que no universo do trabalho voluntário existem várias contradições, sendo rodeado de debates que o apoiam ou o recriminam. Sabe-se que essa atividade nasceu a partir da benesse e do assistencialismo e se desenvolveu a partir de uma carência social, quando o Estado retraiu-se para dar lugar ao projeto neoliberal que, por sua vez, tem suas ações voltadas para a transferência de responsabilidades para a sociedade civil. Sendo assim, o terceiro setor aparece como uma ferramenta que subsidia e regulamenta as ações da sociedade numa perspectiva de desenvolvimento e defesa social, tendo sua principal fonte de trabalho a ação voluntária.

Todavia, levando consigo a culpa de alimentar a inércia estatal, bem como a forte característica assistencialista, o trabalho voluntário cresceu consideravelmente nas últimas décadas, revelando um lado diferenciado dos primórdios de sua aparição. Vimos que os motivos dessa prática são dos mais variados, mas o sentimento de amor ao próximo é o que mais se destaca.

Atualmente, percebe-se que o trabalho voluntário atua muito mais numa perspectiva que visa promover, incentivar e auxiliar o cidadão nas suas práticas cotidianas e em seus direitos sociais, reconhecendo que existem inúmeros desafios, mas que, se enfrentados em conjunto, a causa ganha visibilidade e reconhecimento da sociedade civil e dos órgãos competentes.

Percebemos também durante nossos estudos que a atividade voluntária vem ganhando um aspecto mais sólido e comprometido. Desde 1998 foi criada a Lei do Voluntariado e há cursos periódicos de formação para os voluntários. O perfil do voluntário também mudou: observa-se que a cada dia as pessoas que procuram por este tipo de trabalho, são pessoas engajadas em lutas sociais e protagonistas na defesa da causa que escolhem. Reconhecemos ainda voluntários com suas carreiras profissionais solidificadas, mas incomodados com a situação atual da saúde, educação, lazer, etc., e que se sentem pertencentes de uma sociedade injusta para muitos.

Ao longo do nosso estudo sobre o trabalho voluntário na ACACCI, percebemos que muitos têm sim a consciência de que não se consegue abraçar todas as causas sociais, que não se pode 'levar o mundo nas costas'. Porém, notamos que o sentimento do voluntário e de seus beneficiários (mães e pacientes) é de que cada um tem a sua função, e que esta é de grande importância para o ser humano. Seja ela remunerada ou não.

Notamos a consciência de muitos voluntariados acerca do verdadeiro papel do Estado, cuja função é de garantir os direitos e deveres de cada cidadão. No entanto, percebemos que, em situações urgentes, de saúde-doença, como é o caso da ACACCI, não há muito que esperar. O fato é que existem crianças necessitadas de tratamento e famílias necessitadas de apoio emocional e orientação e, como contrapartida existem pessoas dispostas a doar seu tempo e suas habilidades, sem esperar exclusivamente pelo Estado.

Vimos que é de extrema importância lutar por direitos, justiça e igualdade social, mas que se pode agir nessas duas frentes: auxiliar e orientar enquanto se pode. E lutar pelos direitos como se deve fazê-lo.

A questão central não é a importância do estudo deste assunto, e sim o delineamento da participação de pessoas, que sem qualquer tipo de remuneração, e, para uma causa de interesse comunitário participam das diversas ações da ACACCI. É a relação entre voluntários, sociedade e a contradições existentes nesta relação.

Esta prática também permitiu inferir que é necessária a presença do Serviço Social neste campo que emerge, não sendo possível resisti-lo. Desta forma, o assistente social poderá de fato contribuir para a transformação da ideologia da benesse ou mesmo da satisfação pessoal dos envolvidos voluntariamente. Este trabalho poderá contribuir para que o profissional esteja engajado na luta pelo fortalecimento e garantia das políticas públicas.

A importância da relação destes já está consolidada e não pode mais ser questionada, é necessária uma adequação ou mesmo uma transformação ideológica que se fará concomitantemente ao trabalho do Estado, da sociedade civil e dos profissionais colaboradores nesta questão, principalmente o assistente social, como um agente de engajamento nas lutas sociais.

Nossa colaboração se faz presente aqui, no entanto, o presente trabalho não esgota o assunto nem as reflexões acerca deste, pois ainda há muito a ser feito e/ou pesquisado sobre este tema vasto e complexo. A vida e as práticas cotidianas dos cidadãos se metamorfoseiam a cada dia, e as questões inerentes às relações sociais seguem seu curso natural de novas (e boas) perspectivas que irão compor novos estudos, novas críticas, novos desafios, novas colaborações e assim sucessivamente.

Por isso, concluir este Trabalho de Conclusão de Curso, não significa encerrar todas as análises sobre esta temática, significa dar início a uma discussão como uma introdução de um tema a ser ainda ricamente explorado nas suas mais variadas interfaces.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACACCI 15 anos. **Jornal da ACACCI**. Vitória, ano 6, n.18, mar/2003. Edição Especial.

ACACCI 21 anos - **A construção de um sonho coletivo**. Vitória (ES): Editora GSA, 2007.

ACACCI. **Ata de fundação da ACACCI**. Março de 1988.

ACACCI. Disponível em:< [www.acacci.org.br](http://www.acacci.org.br)>. Acesso em:10 de out. 2012.

ACACCI. **Estatuto da Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil**. Vitória. 2009.

ACACCI. Manual de qualidade da ACACCI. 2011.

ACACCI. Manual de voluntários da Associação Capixaba contra o Câncer Infantil. 2009.

ALMEIDA, E. T. V. Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “Terceiro Setor”. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXV, nº 80, nov./2004.

ALVES, R. **Impactos do Câncer na Adolescência**. Bahia, 2010. Disponível em: <<http://www.clinicaonco.com.br/conteudo/noticias/pdf/000069.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

ANDRADE, Renato Almeida de. **O enfrentamento da questão social e o Terceiro Setor o Serviço Social e suas condições de trabalho nas ONGs**. Vila Velha: Univila. 2006.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins. **Voluntariado empresarial: aspectos jurídicos**. 2005. Disponível em: <[www.cereja.org.br/arquivos\\_upload/voluntariado](http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/voluntariado)>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília.

BRASIL. **Declaração dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: [http://www.mp.rs.gov.br/infancia/documentos\\_internacionais/id90.htm](http://www.mp.rs.gov.br/infancia/documentos_internacionais/id90.htm). Acesso em 09. Nov de 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer (INCA). Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.inca.gov.br/cgi/notatecnica\\_11012007.pdf](http://www.inca.gov.br/cgi/notatecnica_11012007.pdf). Acesso em: 03 Nov. 2012.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS**. Brasília.1993.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: < [http://planalto.gov.br/civil\\_03/leis/9394.htm](http://planalto.gov.br/civil_03/leis/9394.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069/1990 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente- ECRID**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em 11 de out. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: [www.riovoluntario.org.br](http://www.riovoluntario.org.br) Acesso em 22 set.2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Sistema Único de Assistência Social. **Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC)**. Brasília, DF: 2010b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>. Acesso em: 10 out. 2012.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Princípio de compaixão e cuidado**. Petrópolis-RJ. Editora Vozes. 2000.

BORGES, Milton Antônio Tiellet. Direitos e deveres do voluntário: como entidades e pessoas interessadas em trabalhar nas organizações sem fins lucrativos devem se portar para evitar conflitos. **Revista Filantropia**. São Paulo, n. 8, p. 38-39, 2003.

CAMARGO, Beatriz de. **Pediatria oncológica: noções fundamentais para a pediatria**/Beatriz Camargo, Luiz Fernando Lopes. São Paulo: Lemar, 2000.

CASTRO, Maria da Conceição. **Um espaço de discussão, compartilhamento e aprendizado.** O voluntariado e a Gestão de Políticas Sociais. São Paulo: Futura. 2002.

COELHO, Simone de Castro Tavares. Terceiro **Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos.** São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania.** São Paulo. Editora Brasiliense. 2003.

CUNHA, Márcia Pereira. **Os andaimes do novo voluntariado.** 2. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

CURULLÓN, Mônica; WILHEIM, Ana Maria. **Voluntários:** Programa de estímulo ao trabalho voluntário no Brasil. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, 1996.

CURULLÓN, Mônica. **O trabalho voluntário.** Disponível em:<  
<http://www.espirito.org.br/portal/artigos/diversos/assistencia/o-trabalho-voluntario.html>>. Acesso em 10 dez 2012.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra. 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania.** São Paulo. Editora Moderna. 1998.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE O VOLUNTÁRIO. Paris. 1990. Disponível em:  
<[http://www.cascaisvoluntario.org/output\\_efile.aspx?id\\_file=978](http://www.cascaisvoluntario.org/output_efile.aspx?id_file=978)>. Acesso em: 19 de Nov.2012.

DOMENEGHETTI, Ana Maria Martins de Souza. **Voluntariado:**Gestão do trabalho voluntário em Organizações sem fins lucrativos. São Paulo. Editora Esfera, 2001.

\_\_\_\_\_. Ana Maria Martins de Souza. **Definição, Tipificação e Implantação do Setor de Voluntários,** in PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates. O voluntariado e a Gestão de Políticas Sociais. Editora Futura, São Paulo, 2002.

EISER, C. **Psychological consequences of chronic disease in children.** International Review of Health Psychology, nº1. 145-165. 1992.

ENUMO, Sônia Regina Fiorim; MOTTA Alessandra Brunoro. **Brincar no Hospital: Estratégia de Enfrentamento da Hospitalização Infantil**. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 1, p. 19-28, 2004.

ESCOSSIA, blog do Carlos. 2009. **O que é:** primeiro, segundo e terceiro setor. Disponível em: <<http://www.carlosecossia.com/2009/10/o-que-e-primeiro-segundo-e-terceiro.html>> acesso em 30 abr. 2012.

FALCONER, Andrés Pablo. **O terceiro Setor em 12 tópicos.** Folha de S.Paulo. São Paulo, 16 dez. 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro:** Nova Fronteira S.A. 1993.

FERNANDES, Ruben César de. **Privado porém público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.. 2002

\_\_\_\_\_. Rubem César. **Terceiro Setor- Desenvolvimento social sustentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra Gife. 1997.

FORNAZIER, Alessandra. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Noticias/153055/hospital-infantil-de-vitoria-completa-80-anos-nesta-quartafeira-15.htm>>. Acesso em 17 de set 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. 2002.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor.** São Paulo: Makron Books, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre atribuições Privativas do (a) Assistente Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social:** em questão. Brasília. 2002.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, 6ª edição, Cortez, 2011.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs:** Do serviço invisível à profissão impossível. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. **Para além do Mercado e do Estado.** Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa, ISER. 1993.

LIMA, Tatiana da Silva Lucas Tavares. **Voluntariado:** Impacto na construção de uma sociedade melhor. 2004. Monografia (Especialização Gestão Solidária para Organizações Sociais)- Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

LORIO, Elaine. Movimento Capixaba de voluntários e ONGs. **Revista Filantropia.** São Paulo. 2006. Disponível em: <[http://www.revistafilantropia.net.br/\\_ORF/materias.asp?ld\\_pagina=1493](http://www.revistafilantropia.net.br/_ORF/materias.asp?ld_pagina=1493)>. Acesso em: 23 de setembro de 2012.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. 21ªed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2003

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MIRANDA, Fernanda e MORAES, Ludmara. **Estudo da Organização do voluntariado entre instituições de apoio a hospitais das cidades de Vitória/ES e Rio de Janeiro/RJ.** Monografia de Serviço Social. Vitória-ES. 2003.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

NACCACHE, Sílvia; LANNARELLI, Thaís. A década do voluntariado. **Revista Filantropia e Gestão Social.** Brasil. Edição 55. 2012.

NAKAMURA, Eunice *et al.* **O potencial de um instrumento para o reconhecimento de vulnerabilidades sociais e necessidades de saúde: saberes e práticas em saúde coletiva.** Ver. *Latino-am Enfermagem*, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v17n2/pt\\_18.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v17n2/pt_18.pdf)> acesse em 17 set 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 4.ed. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

OKABAYASHI, Rosa Yoko. **O Serviço voluntário nas Instituições hospitalares do Terceiro Setor em Londrina: da sua configuração à construção de novos referenciais para a gestão de voluntariado.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Serviço Social e Política Social. Universidade Federal de Londrina. 2007.

OTTO, Shirley E. *Oncologia.* Rio de Janeiro: Reichman & Affonso editores, 2002.  
PRIMIO, A.O.D, *et. al.* **Rede social e vínculos apoiadores das famílias de crianças com câncer,** Florianópolis, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, ano 24, n. 73, p. 75-100, mar. 2003.

PEREIRA, P. A. P. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo.** *Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo.* In: \_\_\_\_\_ e BISCHETTI, I(Orgs.) UNB, Programa de Pós- graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

PEREIRA, Lígia. **Requisitos para a configuração do trabalho voluntário a partir da lei 9.608/98.** Monografia (Bal. Ciências Jurídicas). Ribeirão Preto, 2000.

PORTAL da Copa. **Programa de voluntariado terá duas dimensões: uma coordenada pela FIFA e outra pelo Governo Federal.** Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/evento-de-lancamento-do-programa-de-voluntariado-para-copa-esta-sendo-realizado-em-salvador>. Acesso em 03 de Nov. 2012.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (PNUD BRASIL). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

REDE Brasil Voluntário. **Programa Voluntariado Brasil 2011.** Disponível em: <<http://www.redebrasilvoluntario.org.br/pesquisa/>>. Acesso em: 15 de jun.2012.

REIS, Jair Teixeira dos. **Trabalho voluntário e direitos humanos**. Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Direitos Humanos e Direitos dos Cidadãos. Belo Horizonte- MG. Disponível em: [http://www.portaldovoluntario.org/biblioteca/p\\_voluntarios/monografia\\_trabalho\\_voluntario.pdf](http://www.portaldovoluntario.org/biblioteca/p_voluntarios/monografia_trabalho_voluntario.pdf). Acesso em 24 set 2012.

REZENDE, Letícia da Silveira e ALBERTASSE, Ludmila. **O trabalho voluntário no contexto neoliberal**. Monografia do curso de Serviço Social. Vitória. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo. 2002.

SADER, Emir. **Direitos e Esfera Públicas**. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo. Cortez, Ano XXV, n. 77, Março, 2004. P. 5-29.

SPALDING, Érika. Distinção essencial entre Fundação e Associação e algumas de suas consequências. **Revista Forbes**. Jan. 2001. Disponível em: < <http://www.fundata.org.br/Artigos%20-%20Cefeis/08%20-%20DISTIN%C3%87%C3%83O%20ESSENCIAL%20FUND-ASSOC.pdf>> . Acesso em 21 set. 2012.

SAVIANI, D. **Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (Org).Capitalismo, trabalho e educação. São Paulo: Autores Associados, 2002.

SILVA, L. J da ; LEITE, J. L. **Quando brincar é cuidar**: acadêmicos de enfermagem e o cuidado a crianças hospitalizadas com HIV/AIDS. Revista da Sociedade Brasileira em Enfermagem Pediátrica. São Paulo, v.4, n.2, 2004.

SOUZA, C. B et al. **Aspectos da motivação para o trabalho voluntário com doentes oncológicos**: um estudo colaborativo entre Brasil e Portugal. Psicologia: Saúde e Doenças. São Paulo. 4(2), 267-276. 2003.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. **Mitos do Voluntariado no Brasil**: para além de boas intenções. Revista Integração (eletrônica), CETS/FGVSP, Maio, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita (1995). **A política Social brasileira dos anos 90**: a refilantropização da questão social. Cadernos Abong, nº3. São Paulo. 1995.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com os Voluntários

1-O que te motivou a ser voluntário?

2- Qual sua visão sobre o trabalho voluntário?

2- Quais as contribuições que o trabalho voluntário teve em sua vida e para os pacientes da ACACCI?

3- Como é para você realizar o trabalho voluntário na ACACCI?

4- Como seus amigos reagiram ao saberem que você estava realizando trabalho voluntário numa Instituição de apoio a crianças com câncer?

5- Você tem algum familiar com câncer?

6- Você tinha alguma dificuldade que foi superada com a realização do trabalho voluntário?

7- Como tem sido sua experiência como voluntário da ACACCI e qual a importância dela para a construção de um mundo melhor?

**APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com os acompanhantes de pacientes**

1-Quais as contribuições da ACACCI no tratamento do paciente?

2- Você sabe o que é um trabalhador voluntário?

3- Você sabe em quais setores se encontram esses profissionais na ACACCI?

4- Quais benefícios você observa no trabalho voluntário ao tratamento do paciente?

## **APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os voluntários**

### **FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO**

#### **CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

##### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa que busca conhecer as contribuições do trabalho voluntário na ACACCI- Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil. Sua colaboração é de fundamental importância para realização da pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e não acarretará custos. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

**Título do Projeto:** As contribuições do trabalho voluntário na Associação Contra o Câncer Infantil- ACACCI

**Pesquisador Responsável:** Prof<sup>a</sup> Aline Fardin Pandolfi

**Telefone para contato:** (27) 3331-8500.

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação em Serviço Social e tem como objetivo descrever e analisar o trabalho voluntário desenvolvido na Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil. – ACACCI. Bem como apontar as contribuições que este trabalho voluntário tem trazido não só para a ACACCI, mas para toda a sociedade, em geral.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer depoimentos os quais serão gravados, falados e registrados em documento pessoal dos pesquisadores. O material será gravado em mídia digital e será destruído logo após sua transcrição evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados.

Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionada à participação nesta pesquisa. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação.

A pesquisa será convertida em um Trabalho de Conclusão de Curso, onde não constará o nome dos sujeitos colaboradores da pesquisa, preservando seu anonimato e poderá ser posteriormente publicada em forma de artigo científico, bem como apresentada em congressos e similares.

Você receberá uma cópia deste Termo onde constam os contatos do pesquisador principal, com quem poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da mesma. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

---

Profª Aline Fardin Pandolfi  
(Orientadora)

---

Aline dos Santos Duarte  
Acadêmica de Serviço Social

---

Windyanara Kelly de Souza Felício  
Acadêmica de Serviço Social

### **Consentimento do Participante**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

---

Assinatura do participante

**APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os  
acompanhantes de pacientes**

**FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa que busca conhecer as contribuições do trabalho voluntário na ACACCI- Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil. Sua colaboração é de fundamental importância para realização da pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e não acarretará custos. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

***INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA***

**Título do Projeto:** As contribuições do trabalho voluntário na Associação Contra o Câncer Infantil- ACACCI

**Pesquisador Responsável:** Prof<sup>a</sup> Aline Fardin Pandolfi

**Telefone para contato:** (27) 3331-8500.

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação em Serviço Social e tem como objetivo descrever e analisar o trabalho voluntário desenvolvido na Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil. – ACACCI. Bem como apontar as contribuições que este trabalho voluntário tem trazido não só para a ACACCI, mas para toda a sociedade, em geral.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer depoimentos os quais serão gravados, falados e registrados em documento pessoal dos pesquisadores. O material será gravado em mídia digital e será destruído logo após sua transcrição evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados.

Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionada à participação nesta pesquisa. As informações obtidas serão confidenciais,

assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação.

A pesquisa será convertida em um Trabalho de Conclusão de Curso, onde não constará o nome dos sujeitos colaboradores da pesquisa, preservando seu anonimato e poderá ser posteriormente publicada em forma de artigo científico, bem como apresentada em congressos e similares.

Você receberá uma cópia deste Termo onde constam os contatos do pesquisador principal, com quem poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da mesma. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

---

Profª Aline Fardin Pandolfi  
(Orientadora)

---

Aline dos Santos Duarte  
Acadêmica de Serviço Social

---

Windyanara Kelly de Souza Felício  
Acadêmica de Serviço Social

### **Consentimento do Participante**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

---

Assinatura do participante

## ANEXOS

### ANEXO A- Lei do voluntariado

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.

(Publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 1998)

Alterada pela Lei 10.748 de 22 de Outubro de 2003

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1** Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física e a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins lucrativos, que tenha objetivo cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

**Art. 2** O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objetivo e as condições de seu exercício.

**Art. 3** O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

**Art.4** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art.5** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 1777 da independência e 110 da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Paiva

(Publicado no Diário Oficial da União, de 18/02/98)

**ANEXO B- Modelo de Termo de Adesão**

Nome da Instituição:

Endereço:

Área de atividade:

Nome do voluntário:

Documento de identidade:

CPF:

Endereço:

Referências pessoais:

O trabalho voluntário a ser desempenhado junto a esta instituição, de acordo com a Lei nº9. 608, de 18-02-98, é atividade não remunerada, com finalidades (assistenciais, educacionais, científicas, cívicas, culturais, recreativas, tecnológicas, outras), e não gera vínculo empregatício nem funcional, ou quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e afins.

Trabalho voluntário área de:

Tarefa específica:

Duração de :

até

Horários:

Resultados esperados:

Declaro estar ciente da legislação específica sobre Serviço Voluntário e que aceito atuar como voluntário nos termos do presente Termo de Adesão.

Cidade:

Data:

Voluntário: (assinatura, RG e CPF)

Testemunhas: (assinatura, RG e CPF)

## ANEXO C- Estatuto da Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil (ACACCI)

### ASSOCIAÇÃO CAPIXABA CONTRA O CÂNCER INFANTIL

#### ESTATUTO

#### CAPÍTULO I

#### DA NATUREZA SOCIAL, FINALIDADE, OBJETIVOS, ÁREA DE ATUAÇÃO, PRAZO, SEDE E UNIDADES

Art. 1º - Sob denominação de Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil, doravante denominada ACACCI, fundada em 15 de março de 1988, é esta uma entidade constituída na forma de Associação Civil sem fins econômicos, com sede localizada na Rua Domingos Póvoa Lemos, nº. 297 - Bairro Jardim Camburi - Vitória - ES - CEP 29.090-080, onde estão instalados o Centro de Convivência, a Área Administrativa e a Casa da Família I, tendo ainda outras Unidades da ACACCI, as quais estão estabelecidas nos seguintes locais:

- I. Casa da Família II - situada na Rua Elzira Vivácqua, nº. 127 - Jardim Camburi - Vitória - ES - CEP: 29.090-350.
- II. Espaço para Práticas Integrativas: Avenida Gelu Vervloet dos Santos, nº. 1080 - Jardim Camburi - Vitória - ES - CEP: 29.090-100
- III. Núcleo de Trabalho em Onco-Hematologia do Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória - HEINSG - Alameda Mary Ubirajaz nº. 205, Santa Lúcia, Vitória, ES, CEP: 29.056-030.

Art. 2º - O prazo de duração da Associação será por tempo indeterminado.

#### DA FINALIDADE, OBJETIVOS E ÁREA DE ATUAÇÃO

Art. 3º - A Acacci enquanto associação civil que atua nas áreas de assistência social, saúde, educação e afins tem como finalidades:

- I- Prestar atenção integral aos portadores de doenças onco-hematológicas infanto-juvenis;
- II- Prestar serviços gratuitos e permanentes e sem qualquer forma de discriminação nas áreas de assistência social, saúde, educação e outras afins;
- III- Realizar assessoria técnica, participar, executar e gerenciar projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação e afins, remuneradas ou não, desde que produto desta negociação reverta integralmente para a realização dos objetivos institucionais;
- IV- Difundir atividades educativas, culturais e científicas relacionadas às áreas de atividade, realizando pesquisa, conferências, seminários, simpósios, cursos, capacitações e editando publicações, vídeos e outros;
- V- Estimular e estabelecer parcerias com Governo Federal, Estadual, Municipal, com empresas privadas e outras associações civis nas áreas





de assistência social, saúde, educação e outras afins, para o desenvolvimento de projetos;

§ 1º – No cumprimento de seus objetivos e de acordo com os recursos disponíveis e prévia programação, a Associação se propõe a:

- a) Prestar a crianças e adolescentes com câncer e familiares, direta ou indiretamente os serviços de: hospedagem, assistência social, suporte médico, suporte nutricional, fisioterapia, terapia ocupacional, meditação, ioga, acupuntura, suporte pedagógico, suporte psicológico, suporte espiritual, atividades culturais e recreativas, cuidados paliativos, visitas domiciliares e atividades afins;
- b) Prestar a familiares de crianças com câncer o esclarecimento da doença, do tratamento e dos seus efeitos;
- c) Realizar capacitação e campanhas educativas em conjunto com a equipe de profissionais do Núcleo de Trabalho em Onco-Hematologia do HEINSG e profissionais da atenção primária para esclarecimento dos sinais e sintomas para diagnóstico precoce do câncer infantil;
- d) Estabelecer parcerias com instituições públicas ou privadas para viabilização, desenvolvimento, melhoria e ampliação de atividades nas áreas de assistência social, saúde, educação e afins;
- e) Promover, dentro de suas possibilidades, a suplementação dos recursos necessários aos serviços de assistência social, saúde e educação e afins desenvolvidos em parceria, de forma a atingir melhores níveis de atendimento;
- f) Promover a realização de programas educativos que informem à sociedade formas de prevenção de doenças, diagnóstico precoce e melhoria da qualidade de vida, buscando parcerias junto aos meios de comunicação e outras instituições;
- g) Capacitar, quando necessário, todos os profissionais da instituição, voluntários e de serviços credenciados, garantindo seu aprimoramento, atualização e interdisciplinaridade;
- h) Promover intercâmbio de experiências com instituições do Brasil e do exterior, visando ampliar os conhecimentos nas áreas de assistência social, saúde, educação e afins;
- i) Realizar e participar de eventos científicos e promover a divulgação dos trabalhos realizados na instituição;
- j) Usar de recursos financeiros e materiais próprios, de terceiros, de órgãos públicos, da prestação de serviços e de comercialização de produtos institucionais, para atingir os objetivos propostos;
- k) Cumprir as diretrizes do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, do Sistema Único de Saúde - SUS, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB.

## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - São associadas da ACACCI as pessoas inscritas, de acordo com o presente estatuto, sendo seu número ilimitado, enquadrando as seguintes categorias:



- I. Fundadores;
- II. Beneméritos;
- III. Efetivos.

Art. 5º - são considerados Fundadores, aqueles signatários da Ata de Constituição da ACACCI;

Art. 6º - São considerados Associados beneméritos:

- I. Pessoas físicas ou jurídicas, merecedoras de especial reconhecimento por relevantes serviços prestados a ACACCI, e que poderão ser assim distinguidas, na forma estabelecida pelo Conselho de Administração.
- II. Aqueles que fizeram ou fizerem doações de valor igual ou superior a 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo vigente em nosso país, podendo o referido valor ser em espécie ou em material.

Parágrafo Único – Os associados beneméritos estarão isentos de contribuições mensais, caso sejam estabelecidas pela ACACCI.

Art. 7º - Serão considerados associados efetivos:

- I. Aquelas pessoas físicas ou jurídicas que formalmente pleiteiem sua admissão na forma estabelecida pelo Conselho de Administração e mensalmente ou anualmente contribuam com a ACACCI em espécie, em produtos, serviços voluntários ou materiais necessários à instituição.
- II. Aqueles que prestarem serviços voluntários nos diversos grupos de trabalho da ACACCI.

Art. 8º - Poderão ser associados da Acacci:

- I. Entidades representativas dos setores produtivos, de serviços, de consumidores e da sociedade civil;
- II. Universidades e institutos de pesquisa e de desenvolvimento;
- III. Personalidades de destaque na área de saúde, educação e assistência social, por proposta e deliberação do Conselho de Administração; e
- IV. Outras pessoas físicas ou jurídicas conforme proposta e deliberação do Conselho de Administração;

Art. 9º. São requisitos para admissão de um associado na Acacci:

- I. Inserção entre as categorias de sócios enumeradas no artigo 4º, incisos II e III do presente estatuto em conformidade com o que dispõe os seus artigos 6º, 7º e 8º.
- II. Aprovação da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - A qualidade de associado da Acacci é personalíssima e, portanto, intransmissível.

Art. 10º - São direitos dos associados:



- I. Frequentar as dependências da ACACCI, observadas as normas internas;
- II. Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III. Votar e ser votado na forma deste estatuto;
- IV. Solicitar à Diretoria as informações contábeis que desejar e ou outras acerca dos recursos geridos pela ACACCI;
- V. Propor ao Conselho de Administração e à Diretoria qualquer medida tendente ao cumprimento das finalidades da ACACCI;
- VI. Recorrer ao Conselho de Administração, em última instância, dos atos e resoluções da Diretoria que contrariem seus direitos;
- VII. Deliberar sobre a substituição de seu representante na Assembleia a qualquer tempo, observadas as regras para substituição;
- VIII. Participar de seminários, eventos, encontros, oficinas de trabalho e outras reuniões organizadas pela ACACCI e;
- IX. Exercer todos aqueles direitos que decorrerem deste Estatuto.

§ 1º – Quanto item III acima, fica estabelecido que, somente os Associados Fundadores e os Associados Efetivos terão direito a votar. Quanto a ser votado, fica estabelecido que, os Associados Fundadores tem este direito garantido. Quanto aos Associados Efetivos estes terão que contar com mais de dois anos de trabalho voluntário em qualquer um dos Grupos de Trabalhos da Associação, bem como terem conhecimento da filosofia e das normas institucionais.

§ 2º – Quanto aos Associados Efetivos que estão dispostos no art. 7º inciso I, somente estarão eles, em pleno gozo dos seus direitos, se estiverem em dia com as obrigações contidas no artigo 7º seus incisos I e II.

Art. 11 - São deveres dos associados:

- I. Contribuir para que a ACACCI atinja as suas finalidades;
- II. Cumprir as disposições estatutárias, regimentais e regulamentares;
- III. Abster-se de qualquer manifestação de natureza política, religiosa ou racial, nas dependências da ACACCI sob pena de eliminação do quadro de associados;
- IV. Zelar pela conservação do nome e patrimônio social da ACACCI;
- V. Pagar pontualmente as mensalidades ou anuidades, quando estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- VI. Abster-se de usar o nome da Associação para autopromoção e/ou campanhas políticas;
- VII. Acatar as decisões do Conselho de Administração e da Diretoria;
- VIII. Indicar seus representantes junto ao Conselho e Administração;
- IX. Manter atualizadas suas informações cadastrais;
- X. Colaborar nas atividades da ACACCI quando solicitado;
- XI. Cumprir todas aquelas obrigações que decorrerem deste Estatuto e Regimento Interno.

§ 1º - Poderá ser suspenso do pleno gozo de seus direitos o associado que incorrer em atos e atitudes incompatíveis com os postulados da ACACCI, na forma do Regimento Interno.

§ 2º - É competente para promover o afastamento temporário do associado o Conselho de Administração.

§ 3º - Os associados não respondem, nem mesmo solidária ou subsidiariamente, pelos encargos da ACACCI.



Art.12 . A exclusão de qualquer Associado dar-se-á por:

- I. Justa causa, após apuração através de Inquérito Administrativo, promovido pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração;
- II. Motivos graves, cujo reconhecimento será objeto de deliberação por maioria absoluta dos presentes em Assembléia Geral convocada para esse fim;
- III. Agir de forma insubordinada às determinações da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, bem como as determinações exaradas pelo Conselho de Administração e/ou Diretoria Executiva;

Parágrafo único. Da decisão do Conselho de Administração que, de conformidade com o estatuto, decretar a exclusão, caberá sempre recurso à assembléia geral.

### CAPÍTULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 13 – A Associação será dirigida e orientada pelos seguintes órgãos:

- I. Assembléia Geral
- II. Conselho de Administração
- III. Diretoria Executiva
- IV. Conselho Fiscal
- V. Conselho Técnico-Científico

Art. 14 – A Associação terá um Regimento Interno que, aprovado pelo Conselho de Administração, disciplinará a sua organização e funcionamento.

Parágrafo único. - O regimento e os regulamentos próprios, dentre os quais, o relativo à aquisição de bens e serviços, contendo os procedimentos para a contratação de obras e serviços, compras e alienações, serão propostos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho de Administração por maioria de dois terços de seus membros.

#### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15 - A Assembléia Geral constituir-se-á pelo Conselho de Administração pela Diretoria, Conselho Fiscal e por todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, e se reunirá ordinariamente uma vez ao ano sempre no mês de março, exceto nos anos de eleição, quando se reunirá também em maio, para essa finalidade e, extraordinariamente a qualquer momento quando devidamente convocada.

§ 1º - A convocação de assembléia ordinária ou extraordinária será feita pelo Presidente do Conselho de Administração ou por assinatura de pelo menos metade dos associados, por meio de edital afixado na sede da Associação e/ou publicado na imprensa local, por

circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, mencionando dia, hora, local e assuntos da pauta.



§ 2º - A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com no mínimo 2/3 (dois terços) e, em segunda convocação, 30 minutos após a primeira, com qualquer número de associados, e deliberará na forma do Regimento Interno da ACACCI.

§ 3º - Todas as Decisões, respeitando-se a competência da Assembléia, serão aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes à Assembléia, sendo vedado o voto por representação, devendo todas as decisões serem registradas em Livro ATA.

Art. 16 - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- I. Eleger o Conselho de Administração que, em ato contínuo, designará a composição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- II. Discutir e resolver assuntos de interesse da Associação, respeitando-se a competência exclusiva dos demais órgãos constituídos;

Art. 17 - Nas Assembléias extraordinárias, só poderão ser tratados assuntos para os quais foram convocados.

§ 1º - As Assembléias Gerais extraordinárias poderão ser convocadas:

- a) Pelo Conselho de Administração;
- b) Pelo Conselho Fiscal;
- c) Pela Diretoria;
- d) Por 1/5 dos associados com situação regular junto a Associação.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocar a Assembléia Geral extraordinária nos casos de não aprovação das demonstrações contábeis, balanços ou em caso de prevaricação e malversação do patrimônio da Associação.

§ 3º - A convocação feita de acordo com alínea D do parágrafo Primeiro, só poderá basear-se em casos de prevaricação ou malversação do patrimônio da Associação e a Assembléia será presidida pelo associado mais antigo, escolhido na mesma.

### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é órgão de orientação e deliberação superior.

Art. 18 - O Conselho de Administração, composto por pessoas de notória capacidade e reconhecida idoneidade moral, terá a seguinte constituição:

- I. Dois (02) membros representantes de Órgãos Públicos a saber: Saúde, Assistência Social, Justiça, Educação e outros.

- 
- II. Um (01) representante dos funcionários da ACACCI a ser eleito por seus pares, desde que tenha mais de 02 (dois) anos na ocupação do seu cargo junto a ACACCI, sendo conhecedor do mecanismo de gestão;
  - III. Seis (06) representantes eleitos dentre os membros ou associados, a saber: representantes de empresas parceiras, voluntários ativos, doadores expressivos,
  - IV. Quatro (04) membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, ligados à área de saúde, assistência social, educação, jurídica, econômica ou contábil.

§ 1º - O Presidente da ACACCI participará das reuniões do Conselho com direito a voz, mas não a voto.

§ 2º - Os membros eleitos terão mandato de quatro anos, sendo permitida uma recondução. Os membros natos serão indicados e substituídos a qualquer tempo.

§ 3º - O primeiro mandato de metade dos membros eleitos referidos nos incisos II a IV, será de dois anos.

Art. 19 - O membro do Conselho indicado para integrar a diretoria da ACACCI deve renunciar ao assumir função executiva na associação.

Art. 20 - No caso de vacância de cargo de membro do Conselho, zaverá ao seu Presidente solicitar a indicação ou eleição de novo membro, que completará o mandato do afastado.

Art. 21 - Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar, sem justificativa aceita, a duas reuniões ordinárias no intervalo de doze meses.

Art. 22 - O Conselho de Administração elegerá um Presidente dentre seus membros, exigido quorum mínimo de 2/3 (dois terços) e maioria absoluta de votos dos membros, para um mandato de quatro anos, admitida uma recondução.

§ 1º - O exercício da Presidência encerrará com o mandato do membro do Conselho para ela eleito.

§ 2º - O Conselho poderá destituir seu Presidente, exigindo-se para isso os votos da maioria absoluta de seus membros.

§ 3º - Em caso de vacância da Presidência, o Conselho elegerá, no prazo de (30) trinta dias contados a partir da vacância, outro membro para a função.

Art. 23 - O Conselho de Administração reunir-se-á:

- I. Ordinariamente, a cada mês; e
  - II. Extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por solicitação de 1/5 (um quinto) de seus membros, ou por solicitação de dois terços dos associados da ACACCI, respeitando intervalo não inferior a seis meses entre as reuniões.
- 



Art. 24 - As decisões do Conselho de Administração serão adotadas por maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo a cada membro um voto e ao Presidente o voto de qualidade, exceto nos casos explicitados neste Estatuto.

Art. 25 - Compete ao Conselho de Administração:

- I. Deliberar sobre as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias da ACACCI, orientando a diretoria no cumprimento de suas atribuições;
- II. Avaliar e aprovar os termos de contratos de gestão;
- III. Eleger seu Presidente;
- IV. Estabelecer as diretrizes do plano de auditoria interna, aprová-lo e modificá-lo a qualquer tempo;
- V. Determinar e autorizar a contratação de auditoria externa;
- VI. Aprovar a proposta de orçamento da Associação e o programa de investimento;
- VII. Designar e dispensar os membros da Diretoria;
- VIII. Examinar, aprovar e encaminhar, quando for o caso, ao órgão supervisor da execução de contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da Associação, elaborados pela diretoria;
- IX. Acompanhar e avaliar periodicamente o desempenho da ACACCI;
- X. Designar os membros do Conselho Fiscal;
- XI. Fiscalizar a gestão, apurar faltas cometidas, destituir ou aplicar penalidades cabíveis relativamente aos membros da Diretoria;
- XII. Remeter ao Ministério Público processo em que se apure a responsabilidade de membro da Diretoria por crime contra o patrimônio público sob a administração da Associação;
- XIII. Avaliar e aprovar proposta de alteração em políticas, diretrizes estratégicas, planos de atividades e respectivos orçamentos com exposição de motivos;
- XIV. Aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e proposta de extinção da entidade por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus Membros, observadas as regras contidas no artigo 46 deste estatuto;
- XV. Aprovar regimento interno da Associação;
- XVI. Aprovar, por maioria no mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros, o regulamento próprio, cortando os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, bem como, o plano de cargos salariais e benefícios dos empregados da Associação;
- XVII. Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da Associação com auxílio da auditoria externa;
- XVIII. Aplicar penalidades aos associados ou diretores que não cumprirem este estatuto ou mantiverem conduta não condizente com as atividades da entidade;
- XIX. Fixar os valores das mensalidades, caso exista, dos associados efetivos.
- XX. Deliberar sobre exclusão de qualquer Associado face parecer da Diretoria Executiva realizado em Inquérito Administrativo;

Art. 26 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I. Convocar e presidir as reuniões do Conselho; e
- II. Indicar, para aprovação pelo Conselho, seu substituto eventual.

Parágrafo Único. - Poderá o Presidente decidir, *ad referendum* do Conselho, matéria que, dado o caráter de urgência ou ameaça de danos à instituição, não possa aguardar a próxima reunião.



Art. 27 - Compete aos membros do Conselho:

- I. Discutir e votar matérias em pauta; e
- II. Assistir o Presidente do Conselho em suas funções.

#### **DA DIRETORIA EXECUTIVA**

Art. 28 - A ACACCI será administrada por uma Diretoria composta de 4 (quatro) membros, com os seguintes cargos:

- I. Diretor-Presidente;
- II. Diretor de Assuntos Técnicos
- III. Diretor Administrativo-Financeiro
- IV. Diretor de Relações Institucionais

§ 1º - O Diretor de Assuntos Técnicos é substituto do Presidente, o Diretor Administrativo Financeiro é substituto do Diretor Técnico, o Diretor de Relações Institucionais é o substituto do Diretor Administrativo Financeiro e vice versa, nos impedimentos transitórios ou permanentes, tendo direito a voto nas questões da ACACCI.

§ 2º - No caso de renúncia ou impedimento de um ou mais membros de uma pasta, encaminhar para o Conselho de Administração que indicara um novo membro.

§ 3º - Em caso de renúncia da metade mais um da Diretoria, nova eleição deverá ser realizada num prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 4º - O Presidente será eleito pelo Conselho, exigido quorum mínimo de 2/3 (dois terços) e maioria absoluta dos membros, para mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido.

§ 5º - Os Diretores serão aprovados e designados pelo Conselho de Administração, por indicação do Presidente.

#### **DA COMPETÊNCIA E OBRIGAÇÕES DA DIRETORIA**

Art. 29 - À Diretoria compete:

- I. Cumprir e fazer cumprir o estatuto, o Regimento Interno, bem como as deliberações das Assembléias Gerais;
- II. Zelar pelo Patrimônio e por todos os interesses atinentes a ACACCI.
- III. Elaborar plano de ação para cada exercício;



- IV. Apreciar o relatório anual das atividades do exercício anterior e apresentar ao Conselho de Administração;
- V. Contratar auditoria externa;
- VI. Ratificar ou não os casos omissos;
- VII. Cobrar das direções das entidades/ instituições a que presta apoio, o tratamento adequado ao paciente com câncer;
- VIII. Deliberar sobre a aquisição de bens móveis;
- IX. Executar as decisões do Conselho de Administração;
  - X. Aprovar após a análise da Coordenação de Projetos Sociais o cadastro de Entidades pleiteantes de benefícios para as crianças e adolescentes;
- XI. Elaborar o Regimento Interno da ACACCI.
- XII. Aprovar a admissão de novos associados e comunicar ao Conselho de Administração;
- XIII. Realizar Inquérito Administrativo e encaminhar o relatório final para apreciação e homologação do Conselho de Administração;

Art. 30 - A Diretoria é obrigada a:

- I. Reunir-se pelo menos 02 (duas) vezes por mês, com quorum mínimo de 02 (dois) membros, devendo todas as decisões e relatos constar em Ata;
- II. Publicar e fazer circular o balanço anual, com devida aprovação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Ordinária.

Art. 31 - Ao Presidente compete:

- I. Convocar, elaborar pauta e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias, resolvendo incidentes que porventura surgirem
- II. Verificar contas, autorizar pagamento de despesas, assinando cheques ou documentos relativos às operações bancárias juntamente com qualquer um dos demais diretores, quais sejam: Diretor Administrativo Financeiro ou na ausência do diretor Administrativo Financeiro com o Diretor de Assuntos Técnicos ou ainda com o Diretor de Relações Institucionais;
- III. Assinar e rubricar os livros que serão abertos ou encerrados pelo Secretário;
- IV. Representar a ACACCI ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- V. Orientar e supervisionar a execução de todos os serviços da entidade;
- VI. Contratar e designar funcionários ou colaboradores para diferentes obras ou serviços, criando grupos ou comissões de trabalho, departamento e cursos visando a auto-suficiência da entidade;
- VII. Cumprir e fazer cumprir este estatuto, resolvendo os casos urgentes ou omissos "ad referendum" da Diretoria.
- VIII. Constituir procuradores, mandatários ou prepostos com fins específicos, em nome da Associação, conjuntamente com um dos diretores;

Art. 32 - Perderá o cargo o Diretor que infringir as normas que disciplinam o funcionamento da Associação ou que manifestamente descumpra as suas competências, na forma do Regimento Interno.



Art.33 – Compete ao Diretor de Assuntos Técnicos:

- I. Definir procedimentos para celebração de parcerias, contratos ou convênios com o setor público ou privado, analisando a viabilidade técnica dos mesmos;
- II. Estabelecer modelos de implantação de projetos nas áreas de atuação da Associação;
- III. Levantar e manter relação de possíveis parceiros e financiadores nacionais e internacionais.
- IV. Elaborar, ao final de cada exercício, relatório geral das atividades desenvolvidas, que será submetido à apreciação da Diretoria, em reunião.
- V. Assinar Cheques quando necessário conjuntamente com qualquer um dos demais diretores, quais sejam: Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro ou Diretor de Relações Institucionais.

Art. 34 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro

- I. Lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias;
- II. Organizar arquivos, papéis, livros e documentos, tendo este só sua guarda e responsabilidade;
- III. Expedir e receber correspondências;
- IV. Ser membro nato na Comissão Eleitoral.
- V. Organizar a escrituração contábil apresentando balancetes semestrais e balanço anual, publicados os primeiros na sede da Associação e os segundos em um jornal de grande circulação do Estado;
- VI. Receber dinheiro, valores e documentos de caixa e executar cobranças;
- VII. Assinar cheques em conjunto com qualquer um dos demais membros da Diretoria, quais sejam: Diretor-Presidente, Diretor de Assuntos Técnicos ou Diretor de Assuntos Institucionais;
- VIII. Efetuar pagamentos e depósitos de todo e qualquer numerário da Associação em conta bancária;
- IX. Contabilizar todas as receitas e despesas da ACACCI;
- X. Responder por todo trabalho da Tesouraria da ACACCI.
- XI. Elaborar relatório financeiro mensal e apresenta-lo em reunião da diretoria.
- XII. Substituir o Diretor de Assuntos Técnicos sempre que ocorrer seus impedimentos.

Art. 35 – Compete ao Diretor de Relações Institucionais:

- I. Promover aproximação da ACACCI com instituição pública, privadas e de terceiro setor no Brasil e no Exterior, visando o intercâmbio acadêmico profissional e científico.
- II. Promover contatos com os meios de comunicação com objetivo de divulgar as atividades da associação, e promover a imagem institucional por meio de boletim e inserção na mídia falada, escrita e televisionada.
- III. Apoiar a diretoria nos esforços para a gestão e obtenção de recursos.
- IV. Assinar cheques em conjunto com qualquer um dos demais membros da Diretoria, quais sejam: Diretor-Presidente, Diretor de Assuntos Técnicos ou Diretor de Assuntos Institucionais;



Art.33 – Compete ao Diretor de Assuntos Técnicos:

- I. Definir procedimentos para celebração de parcerias, contratos ou convênios com o setor público ou privado, analisando a viabilidade técnica dos mesmos;
- II. Estabelecer modelos de implantação de projetos nas áreas de atuação da Associação;
- III. Levantar e manter relação de possíveis parceiros e financiadores nacionais e internacionais.
- IV. Elaborar, ao final de cada exercício, relatório geral das atividades desenvolvidas, que será submetido à apreciação da Diretoria, em reunião.
- V. Assinar Cheques quando necessário conjuntamente com qualquer um dos demais diretores, quais sejam: Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro ou Diretor de Relações Institucionais.

Art. 34 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro

- I. Lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias;
- II. Organizar arquivos, papéis, livros e documentos, tendo este só sua guarda e responsabilidade;
- III. Expedir e receber correspondências;
- IV. Ser membro nato na Comissão Eleitoral.
- V. Organizar a escrituração contábil apresentando balancetes semestrais e balanço anual, publicados os primeiros na sede da Associação e os segundos em um jornal de grande circulação do Estado;
- VI. Receber dinheiro, valores e documentos de caixa e executar cobranças;
- VII. Assinar cheques em conjunto com qualquer um dos demais membros da Diretoria, quais sejam: Diretor-Presidente, Diretor de Assuntos Técnicos ou Diretor de Assuntos Institucionais;
- VIII. Efetuar pagamentos e depósitos de todo e qualquer numerário da Associação em conta bancária;
- IX. Contabilizar todas as receitas e despesas da ACACCI;
- X. Responder por todo trabalho da Tesouraria da ACACCI.
- XI. Elaborar relatório financeiro mensal e apresenta-lo em reunião da diretoria.
- XII. Substituir o Diretor de Assuntos Técnicos sempre que ocorrer seus impedimentos.

Art. 35 – Compete ao Diretor de Relações Institucionais:

- I. Promover aproximação da ACACCI com instituição pública, privadas e de terceiro setor no Brasil e no Exterior, visando o intercâmbio acadêmico profissional e científico.
- II. Promover contatos com os meios de comunicação com objetivo de divulgar as atividades da associação, e promover a imagem institucional por meio de boletim e inserção na mídia falada, escrita e televisionada.
- III. Apoiar a diretoria nos esforços para a gestão e obtenção de recursos.
- IV. Assinar cheques em conjunto com qualquer um dos demais membros da Diretoria, quais sejam: Diretor-Presidente, Diretor de Assuntos Técnicos ou Diretor de Assuntos Institucionais;

VI. Controlar e aprovar o conteúdo dos textos e artigos científicos veiculados nos diversos meios de comunicação e publicidade.

Art. 41 – O Regimento Interno da Associação disporá quanto à Presidência do Conselho, mandato, substituição e afastamento dos conselheiros, bem como quanto ao detalhamento das competências.

Art. 42 - O Conselho Técnico Científico reunir-se-á trimestralmente em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pelo Conselho de Administração.



## CAPÍTULO V

### DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 43 – Constitui patrimônio da ACACCI todos os bens móveis, imóveis ou outros de qualquer natureza que a entidade possua ou venha a possuir, devendo estar devidamente catalogada.

Art. 44 - Integram o patrimônio da ACACCI os bens e direitos que a qualquer título lhe venham a ser destinados.

Art. 45 - Os recursos financeiros necessários à manutenção da ACACCI são oriundos de:

- I. Convênios, contratos ou quaisquer outros ajustes firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- II. Subvenções sociais que lhe sejam transferidas pelo Poder Público;
- III. Contribuições dos associados;
- IV. Rendas decorrentes da exploração comercial de suas atividades;
- V. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;
- VI. Doações, legados ou heranças;
- VII. Empréstimos ou financiamentos junto a organismos nacionais, estrangeiros ou internacionais;
- VIII. Recursos oriundos de deduções de imposto de renda repassados por meio do FIA (Fundo da Infância e da Adolescência); e
- IX. Outros que porventura lhe sejam destinados.

§ 1º – A ACACCI não distribuirá entre os seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e sua renda. Recursos e eventuais resultados operacionais serão aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

§ 2º - O plano geral de contas discriminará as receitas, despesas e demais elementos de forma a permitir a avaliação financeira, patrimonial e de resultados da ACACCI.

Art. 46 – A Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil- ACACCI, poderá ser dissolvida, em conformidade com o estabelecido na legislação vigente.

Parágrafo único- No caso de dissolução da ACACCI, os bens que integrem o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão incorporados ao patrimônio de entidades congêneres registrada no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social ou a entidade Pública dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.



## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47 – A Diretoria poderá descentralizar suas atividades, constituindo grupos de trabalhos voluntários ou, contratando serviços para projetos específicos.

Art. 48 – O presente Estatuto só poderá ser alterado ou reformado por deliberação de no mínimo 2/3 dos membros do Conselho de Administração, devendo ser homologado em Assembléia Geral.

Art. 49 - Os Conselheiros, Diretores e Associados fundadores, beneméritos ou efetivos não receberão nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Art. 50 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e emergencialmente pelo presidente com ratificação posterior do Conselho de Administração.

Art. 51 - Este Estatuto revoga o anterior, aprovado no dia aprovado em 15 de outubro de 2.009 em Assembléia Extraordinária, registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas, Oficial Rodrigo Sarlo Antônio, Averbada no livro A-64, sob o nº 44480 aos 10 de março de 2010 a 18 averbações da ACACCI, registrada sob o nº 5817-006, bem como todos os demais.

Art. 52 – Fica eleito o foro da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer contenda orianda do presente estatuto.

Vitória, 05 de julho de 2.011.

  
Elisa Maria Franchiani de Oliveira  
Diretora Presidente  
  
Geruza Lebrack de Paula  
Advogada OAB/ES - 9812

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
CNPJ: 27.744.663/0001-77  
**Oficial Rodrigo Sarlo Antonio**  
Praça Costa Pereira, 30, Castro - Vitória-ES CEP 29010-080  
Certifico e dou fé que nesta data fiz averbar no Livro A-72 sob o nº 48.884 a 22ª averbação da Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil, registrada sob o nº 5817, Vitória/ES, 19 de Agosto de 2011.

  
Rita de Cássia Pandolfi - Oficial Substituta  
Cartório das Pessoas Jurídicas do Estado do Espírito Santo  
Selo Digital de Fiscalização  
024661.DJ.E1105.11529  
Emolumentos: R\$ 126,55 Taxas: R\$ 20,66 Total: R\$ 147,22  
Consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)